



# Câmara Municipal de Curitiba

## ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE MAIO DE 2020, PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE DOIS MIL E VINTE, PELOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e vinte, conforme Edital de Convocação publicado aos doze dias do mês de maio de dois mil e vinte, no Diário Oficial do Município de número oitenta e sete, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para que os Poderes Executivo e Legislativo, demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de dois mil e vinte. A Audiência Pública online foi presidida pelo Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, Vereador Paulo Rink, e participaram os demais membros da Comissão, Vereadores Alex Rato, Dr. Wolmir, Ezequias Barros, Mauro Ignácio, Professora Josete, Serginho do Posto, Thiago Ferro e Tito Zeglin. A senhora Aline Bogo, responsável pela Diretoria Contábil e Financeira da Câmara Municipal de Curitiba, procedeu a apresentação quanto a Gestão Fiscal do Poder Legislativo. O senhor Vitor Acir Puppi Stanislawczuk, Secretário Municipal de Finanças do Município de Curitiba, procedeu a apresentação a respeito dos relatórios do Poder Executivo. - O SENHOR PRESIDENTE:- Está encerrado o Pequeno Expediente, passaremos à Audiência Pública da Secretaria Municipal de Finanças. Conforme Requerimento nº054.00004.2020, aprovado na Sessão do dia 18 de maio, os horários reservados para a Ordem do Dia, Grande Expediente e Explicações Pessoais, estão destinados à realização de Audiência Pública de apresentação do relatório das finanças referentes ao primeiro quadrimestre de 2020. Quero convidar o Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização para assumir os trabalhos. Iniciando a audiência pública sob a presidência do Vereador Paulo Rink.- Assume a presidência o Vereador Paulo Rink.- O SENHOR PRESIDENTE:- Bom dia a todos os Vereadores, bom dia a toda população que nos acompanha via internet e que hoje vai acompanhar a audiência pública via YouTube. Teremos os questionamentos dos Vereadores e da população. Os Vereadores poderão se inscrever normalmente pelo sistema e a população terá o e-mail do qual farei leitura aqui. Declaro aberta a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, na data de 27 de maio de 2020, para que os Poderes Executivo e Legislativo avaliem o cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2020, de acordo com o que determina o Parágrafo 4º, do Art.9º, da Lei Complementar Federal nº101, de 04 de maio de 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal Art.62-a, da Lei Orgânica Municipal. Esta audiência pública terá a duração de duas horas, com início às 09h42m e término às 11h42m. Agradecemos a participação das autoridades e de todos os representantes de associações, entidades

institucionais, da população e dos Vereadores da Comissão de Economia e Fiscalização, formada pelos seguintes integrantes: este Vereador que vos fala, Presidente; Vereador Serginho do Posto, Vice-Presidente; Vereadores Alex Rato, Dr. Wolmir, Ezequias Barros, Mauro Ignácio, Professora Josete, Thiago Ferro e Tito Zeglin. Informações sobre os trabalhos. O roteiro seguirá a seguinte ordem: primeiro teremos a explanação da Sra. Aline Bogo, responsável pela Diretoria Contábil e Financeira quanto à gestão fiscal do Poder Legislativo; concessão da palavra aos participantes, para questionamentos, sugestões ou comentários aos Srs. Vereadores, e também e-mail para a população; explanação do Sr. Vitor Puppi, na sequência, que é o Secretário Municipal de Finanças, que está presente e vai explanar nesta audiência via on-line também, agradeço desde já a participação do Sr. Secretário, a respeito dos relatórios do Poder Executivo; concessão da palavra aos participantes para comentários, sugestões e questionamentos. A concessão da palavra se dará da seguinte forma: primeiro aos Vereadores que compõem a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização; segundo aos demais Vereadores; terceiro aos participantes que se manifestarem por meio do chat do YouTube. O nosso pessoal da técnica estará acompanhando e passando as perguntas por escrito para que eu possa fazer a leitura, e também pelo e-mail da Comissão de Economia. Segue o e-mail para a população, que também estará embaixo da tela: [comissao.economia@cm.pr.gov.br](mailto:comissao.economia@cm.pr.gov.br). A população poderá mandar, durante o decorrer da audiência, durante a explanação dos nossos convidados, as perguntas. Vou, de pronto, sem mais delongas, passar à explanação da Diretora do nosso departamento financeiro, da nossa Diretoria Contábil, Sra. Aline Bogo, que terá quinze minutos para a sua explanação. Pergunto aos Srs. Vereadores se ficou claro. Alguma dúvida? Podem chamar no chat do grupo que estaremos analisando. Aline com a palavra, por favor.- A SENHORA ALINE BOGO:- Bom dia. Quero cumprimentar o Vereador Paulo Rink, Presidente da Comissão de Economia Fiscalização e Finanças, estendendo os cumprimentos a todos os demais Vereadores desta Casa; aos servidores; ao nosso Secretário de Finanças, Vitor Puppi, e toda sua equipe da Prefeitura Municipal de Curitiba; e à população que acompanha a nossa Audiência. A audiência tem como objetivo a avaliação e o cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre do exercício de 2020, cumprindo assim o que determina a nossa Lei Orgânica e também a Lei de Responsabilidade Fiscal. Vamos iniciar falando no orçamento para esse exercício. Nosso orçamento foi fixado, ao final do exercício de 2019, em cento e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e quinze mil reais, através da Lei Orçamentária. Desse orçamento fixado para este ano, no primeiro quadrimestre foi empenhado um total de quarenta e cinco milhões, quinhentos e sessenta e oito mil reais, representando 29,47% do nosso orçamento. Em relação às transferências que recebemos do Executivo Municipal de Curitiba, de janeiro a abril foram recebidos cinquenta e um milhões, quinhentos e trinta e oito mil reais, em quatro parcelas, referentes aos quatro meses desse quadrimestre. Esse dinheiro ficou aplicado em rendimentos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, rendendo, no primeiro quadrimestre, cento e quatorze mil, duzentos e onze reais, valor que foi devolvido ao Município como receita de aplicação financeira. Encaminhamos também à Prefeitura, o recebimento de um contrato que temos com a Caixa, para comprar gerenciamento da nossa folha de pagamento. Devolvemos um total de cento e nove mil, quinhentos e vinte e três reais, em quatro parcelas durante o primeiro quadrimestre e devolvemos também um valor ao Município, referente a cancelamento de restos a pagar no valor de quinhentos e quarenta e seis mil, quinhentos e um reais. O total repassado à Prefeitura, no primeiro quadrimestre, foi de setecentos e setenta mil, duzentos e trinta e seis reais e oitenta e nove centavos. Essa despesa de quarenta e cinco milhões, quinhentos e sessenta e oito mil reais empenhada, está distribuída em três grupos. Despesas com pessoal, total empenhado em 69,10%. Então, a despesa com pessoal totaliza trinta e um milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil reais, com pessoal e encargos sociais. Desses valores, vinte cinco milhões, setecentos e doze mil reais são com vencimentos e vantagens fixas, representam 56,43% do total

empenhado no quadrimestre. Cinco milhões, trezentos e sessenta e um mil reais, são obrigações patronais, representam 11,76% do valor empenhado. Quatrocentos e quatorze mil, duzentos e quarenta e nove reais, são indenizações, e setecentos e oitenta e dois reais, são outras despesas com pessoal. O valor orçado nesse grupo representa cento e quinze milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil reais. A nossa próxima despesa. Antes vamos detalhar um pouco a despesa com pessoal. (Próximo slide). Então, a despesa total com pessoal no valor de trinta e um milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil reais, está assim distribuída: vencimentos e vantagens fixas, pessoal efetivo, onze milhões, duzentos e setenta e sete mil e cinquenta e três reais. Valores gastos com subsídios aos Senhores Vereadores, dois milhões, trezentos e vinte mil, quatrocentos e noventa e cinco reais. Vencimentos comissionados, doze milhões, cento e quinze mil, duzentos e noventa e quatro reais. Obrigações patronais, cinco milhões, trezentos e sessenta e um mil, cento e oitenta e um reais. Indenizações, quatrocentos e quatorze mil, duzentos e quarenta e nove reais. Ainda temos outras despesas, o valor menor de setecentos e oitenta e dois reais. (Próximo slide). Podemos ver um gráfico, que representa uma distribuição na nossa despesa de pessoal, num total de trinta e um milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil reais, onde 45,52%, são gastos com efetivos. Aqui estão todos os vencimentos, gratificações, obrigações patronais e também as indenizações. 45,65%, são os gastos com os servidores comissionados e 8,83%, são gastos com subsídios, nesse primeiro quadrimestre. (Próximo slide). Temos um segundo grupo de despesas que são outras despesas correntes. Em relação ao orçamento, esse grupo tem um total de vinte e sete milhões, novecentos e setenta mil reais orçados. É empenhado no primeiro quadrimestre, são treze milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, seiscentos e quarenta e um reais, representando 30,48% em relação ao total empenhado no quadrimestre. Esse grupo está assim distribuído em relação ao valor empenhado. Gastos com benefícios assistenciais, que são auxílios: auxílio funeral, auxílio creche e auxílio de saúde, num total de seiscentos e noventa e um mil, quinhentos e quarenta e oito reais. Total gasto com material de consumo, valor empenhado, oitocentos e cinquenta e quatro mil e doze reais. Gastos com locação de mão de obra, total empenhado, um milhão, novecentos e oitenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e seis reais. Total empenhado com serviços de tecnologia da informação e comunicação, são todos os contratos com a parte de tecnologia, software, Internet, um total de dois milhões e quarenta e seis mil reais. Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, que não envolvem serviço de tecnologia, seis milhões, cento e noventa e oito mil, cento e setenta e seis reais. Nós temos também um valor empenhado, referente ao aporte IPMC, num total de dois milhões e trinta e um mil reais, neste primeiro quadrimestre. E outras despesas correntes, totalizando setenta e oito mil, quatrocentos e cinco reais. Esse grupo de outras despesas tem um total de 30,48%, do total empenhado nesse quadrimestre, que é de quarenta e cinco milhões, quinhentos e sessenta e oito mil reais. (Próximo slide). Temos o grupo de investimentos, que são as despesas de capital. O nosso orçamento destinou dez milhões e oitocentos mil reais para esse grupo. No primeiro quadrimestre foi empenhado um valor pequeno, as principais obras ainda estão em licitações, que serão empenhadas nos próximos quadrimestres. Então, foi empenhado até agora cento e noventa mil, seiscentos e setenta e oito reais e vinte centavos. (Próximo slide). Temos aqui as despesas no quadrimestre em relação às viagens, contemplando os gastos com diárias, um contrato com agência para passagens e hospedagens, total gasto no quadrimestre é de cinco mil e setenta e cinco reais, sendo, trezentos e cinquenta reais com diárias, quatro mil e quarenta e oito reais com passagens aéreas e seiscentos e setenta e seis reais com hospedagens. (Próximo slide). Temos as despesas que foram liquidadas, agora não falamos mais das empenhadas e sim das despesas liquidadas no quadrimestre. Em relação ao fornecimento de materiais, temos liquidado com combustível, cento e dois mil, novecentos e quarenta reais e quarenta e nove centavos. Material de copa e cozinha, que incluem: água, café, copos e outros produtos, vinte mil, quatrocentos e quatro reais. Materiais de higiene dezenove mil, duzentos e cinquenta e quatro reais. Em

relação aos contratos com locação de mão de obra, temos o valor liquidado, no quadrimestre, com apoio administrativo, incluindo toda parte de recepção e controle de acesso da Câmara Municipal de Curitiba, duzentos e dez mil, setecentos e vinte reais. Locação de mão de obra, serviço de copa e cozinha, oitenta e cinco mil, duzentos e sessenta e quatro reais. Serviço de limpeza, duzentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais. Vigilância, quinhentos e cinquenta e dois mil, duzentos e cinquenta e um reais. (Próximo slide). Temos então, outros serviços de terceiros, aqui incluem também serviço de tecnologia, temos contrato com a Sanepar, valor liquidado no quadrimestre, vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta e oito reais. Energia elétrica, um contrato com a Copel, cento e vinte sete mil, duzentos e quarenta e um reais. Serviço de clipping jornalístico, vinte três mil, duzentos e cinquenta reais. Um contrato de comunicação com serviço de tecnologia Voip, oitenta e quatro mil, seiscentos e noventa reais. Gastos que tivemos com concurso público, pois o edital foi do ano de 2019, tivemos uma receita de um milhão, quinhentos e sessenta e um mil reais, valor este que foi encaminhado ao Município, tivemos uma despesa num total de um milhão e duzentos mil reais. Deste valor já foi liquidado e pago à Universidade Federal de Curitiba, novecentos e sessenta e dois mil, duzentos e oitenta e quatro reais. Despesas também com estagiários, através de um contrato com o CIEE, quatrocentos e quarenta e nove mil, oitocentos e sete reais, o valor liquidado no primeiro quadrimestre. Valor com dois links de Internet, que são mantidos na Câmara, noventa e um mil, setecentos e cinquenta e quatro reais. Locação de computadores, duzentos e cinquenta e dois mil reais. Locação de impressoras, trinta e quatro mil, quinhentos e dois reais. Locação de veículos, trezentos e trinta e oito mil, cento e onze reais. Manutenção de bens imóveis, cento e vinte sete mil, setecentos e trinta e nove reais. Nós temos vários contratos, o contrato maior é com a empresa de manutenção predial. Manutenção de bens e móveis, cento e cinquenta e nove mil, cento e quarenta e nove reais. Manutenção de software, são dois contratos com a Empresa Elotech, sessenta e nove mil, novecentos e cinco reais. Valor liquidado no primeiro quadrimestre e gastos com postagens, cento e trinta e oito mil, cento e setenta e três reais e noventa centavos. Em relação a obras de serviços de engenharia, liquidação de dois contratos, no primeiro quadrimestre, um de serviço de assessoria que temos para recebimento de projetos, e auxílio na fiscalização das obras, oito mil, duzentos e dezesseis reais. Iluminação externa do Palácio Rio Branco, trezentos e cinco mil, novecentos e oitenta e dois reais. (Próximo slide). Temos os índices em relação ao cumprimento das metas fiscais de acordo com a Legislação. Em relação à Emenda Constitucional nº025/2000, que estabelece que o limite para a folha de pagamento do Legislativo seja de 70% da nossa receita. Então, considerando que a receita máxima permitida para o Legislativo Municipal seria de duzentos e quinze milhões, quinhentos e quarenta e um mil reais, teríamos um limite de 70% no exercício para gasto com folha de pagamento, que chegaria em cento e cinquenta milhões, oitocentos e setenta e oito mil reais. Até o primeiro quadrimestre, foram gastos com folha de pagamento, aqui excluimos as obrigações patronais, então foram gastos vinte e seis milhões, cento e vinte e sete mil, oitocentos e setenta e quatro reais. Isso representa 12,12% da nossa receita máxima. Considerando ainda que temos dois quadrimestres, não devemos atingir um percentual maior do que 40%. Em relação ao nosso orçamento que é de cento e cinquenta e quatro milhões de reais, o índice atingido foi de 16,90%. (Próximo slide). Temos índices em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita um índice de 6% para o Legislativo em relação à receita corrente líquida do Município. (Próximo slide). Temos os valores gastos nos últimos doze meses. Então, aqui consideramos a receita móvel e a despesa móvel, seria de maio de 2019 até abril de 2020. A despesa liquidada, nestes últimos doze meses, com pessoal, foi de noventa e seis milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e cinco reais. Temos as despesas não computadas, que são as indenizações no valor de dois milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, setecentos e cinquenta e um reais, resultando numa despesa líquida com pessoal de noventa e três milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e oitenta e

quatro reais. Essa despesa líquida que é considerada para compor o nosso índice. Essa despesa é a despesa liquidada nos últimos doze meses. (Próximo slide). Temos a receita corrente líquida, que representa sete bilhões, oitocentos e trinta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e seis mil reais. Essa é a receita corrente líquida do Município de Curitiba, apurada nos últimos doze meses. Desse valor temos a receita corrente líquida ajustada de sete bilhões, oitenta e quatro milhões, seiscentos e setenta e cinco mil reais. Porque são deduzidas as receitas de serviço do sistema de transporte coletivo, de setecentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e vinte e dois mil, duzentos e sessenta e um reais e transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais, cinco milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, novecentos e quarenta reais, resultando numa receita corrente líquida ajustada. Em relação a essa receita corrente líquida, a nossa despesa com pessoal representa 1,32%, quando o limite máximo seria de 6%. Concluindo, temos os limites bastante baixos, temos um controle bem grande em relação à despesa de pessoal, esse limite estava, no último quadrimestre, em 1,31% e agora está em 1,32%. Então, se mantendo bem constante, não tem aumentado de forma significativa, inclusive, ele tem diminuído em relação aos exercícios anteriores. Em relação à nossa despesa de pessoal, vemos que ela se mantém estável, não tem crescido em relação aos exercícios anteriores. Com isso, concluímos essa apresentação. Agradeço a atenção de todos. Coloco-me à disposição para qualquer questionamento.- O SENHOR PRESIDENTE:- Agradeço a sua apresentação. Uma experiência nova para nós esta Audiência Pública, para a população entender, de uma forma remota, pela questão que todos estão acompanhando, da Covid-19. Agradeço a sua participação. Geralmente, fazemos a sua apresentação, Aline, e entramos para as perguntas dos Vereadores. Mas, de forma direta, estava falando com o pessoal da técnica, para que as inscrições sejam respeitadas, no sistema, vou direto para o Secretário Puppi. Agradeço a sua explanação, sempre muito competente, você já está aí conosco há vários anos nessa função, como sempre fazendo com maestria. Vou passar a palavra ao Secretário Vitor Puppi. E aos Vereadores que estão nos acompanhando, a inscrição será feita pelo sistema; a população faz as perguntas, e nós faremos uma rodada de perguntas. E, na pergunta que o Vereador for fazer, só direciona se é para a Aline ou se é para o Secretário, porque teremos os acompanhamentos; os dois vão permanecer conectados conosco após as apresentações e podem dar os esclarecimentos. Senhor Secretário, para nos dar a honra da sua apresentação. E acrescentamos que deve ser quarenta minutos, mais ou menos, a sua apresentação, que foi isso que o senhor me pediu, entre quarenta e quarenta e cinco minutos. E, daí, a inscrição, o pessoal da técnica vai fazendo. Concedo a palavra ao Secretário Vitor Puppi.- O SENHOR VITOR PUPPI:- Muito obrigado, Vereador Paulo Rink, Presidente dessa Comissão de Economia e Finanças; Exmos. Vereadores; Diretora Aline, que, mais uma vez, com maestria, apresentou os resultados da Câmara. Queria agradecer também a nossa equipe de finanças, que está acompanhando pelo YouTube e também via aplicativo. E quero parabenizar o nosso aniversariante do dia, Vereador Pier. E agradecer a todos, em que pese as circunstâncias sejam diferentes, é um prazer sempre estar com a Câmara, que tem colaborado, em todos os cenários, com a Cidade. Desde a época do início dessa gestão, com as medidas que foram tomadas pela Câmara, como agora também, a Câmara vem desenvolvendo um papel fundamental na manutenção da Cidade e na manutenção da nossa responsabilidade e do nosso equilíbrio fiscal, mesmo em situações tão adversas, que é o que eu pretendo mostrar agora. Só para dizer como pretendo fazer a apresentação a V.Exas., vou dividir em duas partes. Na primeira, mostrar os efeitos da pandemia do ponto de vista das finanças públicas, o que nós em Curitiba temos visto com relação à arrecadação da Cidade nesse período; e depois trazer o quadrimestre, já que o quadrimestre não é inteiro contaminado, por assim dizer, pela pandemia. Nós vínhamos num crescente, nos meses de janeiro e fevereiro, e fomos duramente impactados a partir da metade do mês de março, em especial no mês de abril, e acreditamos também que no mês de maio deverá ocorrer um decréscimo bastante significativo na arrecadação do Município. Os senhores

conseguem ver a tela inteira? Então, vamos lá, obrigado. Iniciando aqui com relação à nossa queda de arrecadação no período da pandemia. O que estamos imaginando com relação à frustração de receitas? Esse número é móvel, temos calibrado esse número semanalmente, a partir do que arrecadamos em abril projetamos com o PIB da Cidade e do País em 2020, e os números que temos percebido seja do Estado do Paraná ou também da Secretaria de Tesouro Nacional. Estamos estimando uma queda total de quinhentos e oitenta e oito, imaginamos que podemos chegar até a seiscentos e quarenta e sete milhões de reais na queda de arrecadação. Onde está essa diminuição? Os principais tributos, as principais receitas da Cidade estão nessa tela. Nós imaginamos que teremos uma queda no IPTU, uma frustração em torno de oitenta milhões de reais; no ISS, em torno de duzentos e quarenta e três milhões de reais; no ITBI, em torno de sessenta e um milhões de reais; no imposto de renda retido na fonte, imaginamos que vamos ter um acréscimo, porque a grande parte de imposto retido na fonte é a folha do Município com o seu funcionalismo, está e permanecerá em dia, um compromisso do Prefeito Rafael Greca; taxas, contribuições e melhorias, imaginamos que vamos ter decréscimo, especial a taxa de lixo. E aí vem outras receitas, em especial ali embaixo as transferências correntes, em especial do ICMS, uma queda muito acentuada de cento e sessenta e nove milhões de reais. Então, a nossa frustração varia muito, mas considerando que em abril tivemos uma queda em torno de cento e treze milhões de reais, e abril foi um mês em que as notas fiscais de março foram pagas em abril; então muita coisa de março foi pago em abril, imaginamos que podemos chegar a esse número, repito, esse número pode variar tanto para mais quanto para menos. Ainda está dentro do que tínhamos imaginado no início do exercício. Então, o que representa esse valor de seiscentos e quarenta e sete milhões de reais para o Município de Curitiba? É praticamente metade do nosso principal tributo, o ISS, que nós tínhamos previsão de arrecadar para o ano: mais de 70% de IPTU que a Cidade recolhe em um ano; mais do que o dobro do custeio da saúde; e muito mais do que o dobro dos nossos investimentos próprios na Cidade. É um impacto muito severo, agressivo, sobre a arrecadação do Município. É claro que existem algumas compensações até o momento prometidas pelo Governo Federal, mas que ainda não chegaram às cidades, esperamos que cheguem logo. Mas é um cenário completamente diferente. (Aqui ocorreu falha na transmissão no YouTube). Agosto, setembro, é uma perda extremamente significativa para a Cidade. Para fazer um paralelo, me lembro que quando o banco HSBC deixou a Cidade de Curitiba, houve uma queda expressiva, salvo engano, de cinquenta, sessenta milhões, então imagine que só no ISS estamos falando aí de quatro HSBCs. O que dizer do IPTU e mais as transferências correntes, realmente é algo completamente inusitado na Cidade. Aí para se ter uma ideia da emissão de notas fiscais, eu disse que vínhamos num crescente com relação aos meses de janeiro e fevereiro, tínhamos um acréscimo, aquela linha vermelha é a linha de 2020; a linha azul é a linha de 2019. Percebam V.Exas. que em janeiro e em fevereiro houve um crescimento; a partir de março começou um decréscimo bastante significativo, mas ainda assim uma manutenção que refletiu no recolhimento de abril; e abril uma queda de quase 12%; e agora em maio, até 24 de maio, o resultado mais atualizado que temos, uma queda de 18% com relação a 2019. Percebam que temos reflexos cumulativos. A atividade não parou e voltou a economia em abril ou maio, ela vai se estender por algum tempo. Temos praticamente dois milhões, oitocentos e vinte e nove mil notas fiscais a menos quando comparamos a 2019. Aí a nossa arrecadação de ISS 2019/2020. Temos a linha acumulada em 2020. E percebam que esse acréscimo que tivemos em janeiro e fevereiro desse ano acabou compensando em alguma parte essa queda de março e abril, mas não totalmente. Nós já temos uma frustração na arrecadação, mas isso vou mostrar nos resultados do quadrimestre. Aí com relação ao faturamento dos nossos prestadores de serviço. Ali estou trazendo alguns grupos com maiores quedas, as maiores quedas que tivemos estão do lado direito: recolhimento do ISS; assessorias e consultorias; atividade educacional; esse nosso número 2, o recolhimento caiu 20% referente a impostos

sobre serviços da atividade de ensino; aí podemos ver a advocacia que caiu em torno de 13%; hospitais, caiu em torno de 10%, e assim por diante. Fornecimento de mão de obra, planos de saúde, serviços de limpeza, tudo isso caiu e teve um impacto bastante significativo do ponto de vista da arrecadação do Município de Curitiba. O ITBI também teve uma queda muito acentuada no mês de abril, comparado com 2019. 2019 não foi um ano tão bom como foi o ano interior, tivemos uma queda no ITBI em 2019, mas a partir desse ano, em abril, percebemos uma queda de 31%; e uma queda de 2,1% em maio. Até 15 de maio, esse período surpreendeu, mas vamos aguardar até o final de maio porque, como eu disse, o cenário é extremamente volátil, então temos trabalhado com alguns cenários. Por enquanto estamos num cenário administrável da Cidade em razão das reservas que temos e que foram um fundamento, um encaminhamento à Câmara Municipal que V.Exas. devem apreciar em breve, do nosso fundo de estabilização e recuperação fiscal, que é realmente o diferencial que a Cidade tem, do ponto de vista da situação fiscal em 2020. Então, aí o ICMS. Mais adiante vou demonstrar um pouco mais os dados, mas o ICMS refletindo aí a arrecadação do Estado do Paraná, um tributo, a nossa quota parte do ICMS sem aí o Fundeb; o Fundeb também tem queda. Mas só no ICMS tivemos uma queda de 34,6% em abril; e os nossos dados até 19 de maio em torno de 34,7%. Percebam que abril e maio, do ponto de vista do comércio, praticamente tem se repetido. Os números estão realmente muito expressivos, do ponto de vista de perda de arrecadação. Aí o IPVA também caiu em abril. Percebam que vinha num crescente; IPVA em fevereiro, um acréscimo de quase 10%, a economia, realmente, vinha apresentando uma demonstração de crescimento importante, mas em abril tivemos uma queda de 32% nos pagamentos do IPVA; e em maio a arrecadação está praticamente semelhante, mas é porque as parcelas diminuem. Temos um maior recolhimento em janeiro, são aqueles valores que chegam a quase cento e oitenta milhões de reais, pagamento à vista. Mas aí cai um pouco, fevereiro, março, abril e maio já é um recolhimento pequeno, a variação não reflete num resultado financeiro tão expressivo. Com relação ao FPM, é uma receita não tão importante para Curitiba como é para outros municípios. Desde já trago ao conhecimento de V.Exas. uma crítica que temos com relação às negociações junto ao Congresso, ao Governo Federal, representando a Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais, porque essas compensações que o Governo Federal tem feito, às vezes, beneficiam municípios em primeiro lugar que não tem tantos casos da doença e que, em segundo lugar, a queda da arrecadação não foi assim tão expressiva. Então, uma das medidas que o Governo Federal tomou, não que não deveria tomar, mas que não atende os municípios médios e grandes, no caso de Curitiba, é a recomposição do Fundo de Participação dos Municípios. Temos uma queda do Fundo de Participação dos Municípios, mas esse valor foi recomposto, não por meio do FPM, mas por meio de um auxílio financeiro que a União passou para todos os cinco mil, quinhentos e setenta municípios do País. Esses valores do Fundo de Participação dos Municípios foram recompostos até agora pela União Federal de modo que não sentimos essa queda. O que vai acontecer é que quem vai acabar bancando esse serviço público fundamental, que é a educação, é o Tesouro Municipal. Então, percebam que toda essa queda que temos nas transferências, o que vamos ter que fazer é lançar mão do que tínhamos de projeções, de reservas para outras rubricas, com investimentos, enfim, para cobrir essa perda significativa de recursos do Fundeb na educação. Com relação às empresas em atividade, número de contribuintes versus notas fiscais, contribuintes ativos, ou seja, aqueles que estão emitindo notas, tivemos um decréscimo muito significativo a partir de março e abril, de sessenta e um mil, quase sessenta e dois mil, passamos a quarenta e sete mil, setecentos e setenta e dois. Então, nesses dados temos uma queda de quase 15% em maio quando comparado a abril e de 23% quando comparado a março. Ou seja, em torno de quatorze mil contribuintes continuam com suas atividades suspensas desde o início da pandemia, é por isso que as notas fiscais também caem. Então, temos, em razão do trabalho da equipe da Secretaria de Finanças, quero aqui agradecer tanto as diretorias do IPTU, ITBI, ISS,

como também a superintendente fiscal, temos conseguido antecipar alguns movimentos nas finanças em razão do nosso acompanhamento da atividade econômica no Município. Só para terem uma ideia das receitas dos aplicativos de transporte, Uber, Cabify, 99, um somatório de todos estes, tivemos um decréscimo de 72% no mês de abril, 24% no mês de março. Ou seja, a atividade econômica é fortemente impactada, é algo que jamais vimos em tempos recentes no Município de Curitiba. Para se ter uma ideia, esses aplicativos de transporte rodaram em torno de vinte e um mil quilômetros a menos do que rodaram no ano anterior. Então, a queda de arrecadação que vinha quase batendo em dois milhões, um milhão e oitocentos, um milhão e seiscentos, caímos para em torno de quinhentos mil reais as receitas dos aplicativos de transporte. Então, mostra que a crise, realmente, é generalizada. Mas não é só em Curitiba. Eu trouxe um gráfico que nós elaboramos na Associação Brasileira das Secretarias de Finanças, existem distorções em cada cidade, desde já alertar que esse gráfico possui distorções em razão, por exemplo, da data de recolhimento do IPTU que às vezes muda em alguma capital, de um mês para o outro, mas no dado agregado na parte inferior da tela, nós conseguimos perceber uma diminuição muito significativa das receitas em março e abril, 13,5% de ISS, IPTU, ITBI, cota parte do ICMS, IPVA a maior delas em torno de 38% e no último DA, significa Dívida Ativa e também, obviamente, um recolhimento que foi impactado em razão da pandemia. Percebam que no País inteiro, a crise tem contornos dramáticos, em especial, repito, nas médias e nas grandes cidades, nas capitais em que os casos da doença existem e é quem tem gasto mais com os serviços de saúde. Aliás, eu recebo de V.Exas., encaminhamentos, justos, sensíveis com relação a prorrogação de tributos, diferimentos de impostos, mas percebam que a cidade nada mais é do que uma empresa que não demite seus funcionários e numa época de pandemia ainda tem que aumentar a despesa enquanto a receita acaba. Então, o cenário numa crise dessas para os entes públicos é extremamente grave, porque as despesas, no caso dos entes públicos, sobem. Então, algumas medidas aí. E este é o programa do Governo Federal, gostaria de dizer qual é o resultado de Curitiba, mas também gostaria de mostrar a V. Exas. que a ajuda do Governo Federal é parte também de um raciocínio já arraigado do Brasil de, em primeiro lugar, socorrer aqueles que não fazem a lição de casa. Percebam que em suspensão das dívidas o Governo Federal, o Ministro Paulo Guedes, faz questão e dizer que é um socorro de cento e dezenove bilhões de reais, mas a maior parte está aí, suspensão das dívidas nacionais e internacionais. Os estados têm cinquenta e dois bilhões de reais e os municípios têm sete bilhões e trezentos milhões de reais. Mas dos municípios, estes sete bilhões e trezentos milhões de reais, eu diria que mais de 80, 85% só o Município de São Paulo tem. Curitiba tem muito pouco, uma parcela até insignificante, irrisória dessa dívida com a União, salvo engano, em torno de cem mil reais, é algo muito pequeno. Ou seja, o Brasil incentiva a jogar o problema para frente. Quem faz a lição de casa, infelizmente, muitas vezes não é tão privilegiado assim do ponto de vista do Governo Federal. Os estados receberam mais do que os municípios, me parece também, em que pese o drama dos estados seja grande e equivocado, porque são os municípios que têm expedido recursos com relação às despesas de saúde para o enfrentamento da pandemia. E aí uma parte também recurso de saúde, três bilhões que, na verdade, já seriam realmente destinados à saúde. Os estados, nesse bolo de suspensão e recursos, ficam aí com 72% do auxílio do Governo Federal e os municípios ficariam com 28%. Vale lembrar que essa medida ainda não foi sancionada pelo Presidente da República e os valores ainda não chegaram aos municípios. Curitiba teria direito, segundo os cálculos do Senado, a algo em torno de duzentos e vinte e quatro milhões de reais de recursos livres. A suspensão, como eu disse, não é relevante para o Município de Curitiba. Então, para fechar este momento inicial de resultados da pandemia, algumas reflexões, o Município tem, eu dizia isso em 2017 para V.Exas., nós temos uma margem muito pequena do ponto de vista tributário. O nosso ISS é amarrado pela legislação federal, com alíquotas mínimas e máximas, só 2 a 5%, ou seja, é muito difícil de trabalhar do ponto de vista econômico e de geração de caixa ou



mesmo de incentivo à atividade econômica com o ISS. O IPTU, as capitais agora vão ter dificuldades, não digo Curitiba que fez uma atualização no ano de 2014, mas as capitais vão agora ter dificuldades de atualizar suas contas genéricas em razão da diminuição de receita do contribuinte. O ITBI, que é diretamente proporcional ao setor imobiliário, a Cidade não tem como gerenciar nesse sentido. Então, como que isso pode, quais são as reflexões que temos pensado com o índice nacional. Os estados dificilmente vão poder ajudar, porque os estados estão numa crise tão ou mais severa que os municípios. Não sabemos se o Governo Federal vai ampliar esse programa de compensação de perdas de arrecadação, embora deveria, porque quem tem, realmente, um instrumento de política monetária, de impressão de dinheiro, para simplificar um pouco mais a conversa, é o Governo Federal, os municípios não podem lançar mão de empréstimos ou mesmo emitir títulos. E por isso que venho insistindo, acho que neste momento é importante voltar a falar sobre isso, a necessidade dos municípios, que tenham condições fiscais, como é o caso de Curitiba, não tenho dúvidas de falar a V. Exas., em razão do esforço da Câmara em 2017, o esforço dos Vereadores que votaram a favor do plano de recuperação, Curitiba tem sim, se não a melhor, das melhores situações fiscais do País, isso foi reconhecido em jornais, em revistas especializadas nos últimos meses, Curitiba tem mantido todos os serviços funcionando na Cidade. Mas em razão desta solidez fiscal que foi conquistada a partir do plano de recuperação, por que não nós voltarmos a emitir títulos? Por que não movimentar a economia da Cidade com a emissão de títulos em condições excepcionais? Não queremos um País que municípios e estados sem condições fiscais emitam títulos, como foi o caso lá atrás de títulos emitidos pelo estado de Alagoas, salvo engano, lastreados em precatórios, enfim. Não. Um mercado sério, um mercado que possa incentivar investimentos em infraestrutura, mostrando esse "gap" imenso que existe no País, a infraestrutura, nós não podemos mais deixar de ter oportunidade de emitir títulos, é muito mais barato. (Aqui falha no áudio do YouTube) Ainda assim, os títulos seriam uma saída importante para a retomada do crescimento da Cidade e do País. Bom, aí o nosso trabalho da Secretaria de Finanças nesse período de pandemia, as coisas não pararam. Então, tivemos em média mesmo no período da pandemia, cento e trinta e três mil atos praticados; (Aqui falha no áudio do YouTube), por e-mail, as prestações por telefone, enfim, noventa e duas mil, seiscentos e sessenta diligências fiscais, dezenove mil, setecentos e dezessete teleatendimentos, quatorze mil, duzentos e cinquenta e uma certidões liberadas, atos processuais praticados, alvarás concedidos em torno de dois mil reais, guias de ITBI emitidas no período de pandemia, 19 de março a 30 de abril, mil, quatrocentas e setenta e uma guias, protocolos 156, ou seja, e ainda assim, naquela linha azul, conseguimos diminuir os nossos estoques de processos em análise, um trabalho fundamental que os departamentos têm feito, aliás, desde o início em 2017 quando a Câmara aprovou a criação de uma Junta de Julgamento Tributário em primeira instância, zeramos o estoque que era em torno de dois mil processos. Hoje não temos estoque de processos de primeira instância na Junta de Julgamento Tributário na Cidade de Curitiba. Esses processos depois podem ser objeto de recurso para o Conselho de Contribuintes, mas o trabalho, realmente, foi muito bem feito. Hoje o nosso diretor é o Adriano Manzepe, hoje a Presidente é a Miriam, que foi diretora também do departamento. Peço licença para dar os parabéns e dizer que aqui na Câmara tramita o projeto de inclusão de auditores fiscais no Conselho de Contribuintes, que é também um projeto fundamental para dar maior rapidez e solidez ao Conselho de Contribuintes e também merece, vai merecer certamente a atenção da Câmara nas próximas semanas. Então, vamos passar já aqui para os nossos dados do quadrimestre. Encerramos, portanto, aqui a nossa parte dos reflexos da pandemia e agora vamos ver o quadrimestre. E como eu disse capta um certo aumento da receita em janeiro e fevereiro e um decréscimo significativo em março e em abril. Então, tivemos um decréscimo das nossas receitas correntes de 0,9%, arrecadamos até agora 37,1% do previsto na nossa lei orçamentária. As nossas receitas de capital, ou seja, aquelas que são destinadas em especial a investimentos cresceram,

quase dobraram, mais que dobraram, 105,5%, captamos em torno de 9% do que temos previsto no orçamento. As receitas intraorçamentárias do IPMC, em especial, cresceram também em torno de 3,8% no período. Então, tivemos no geral um decréscimo das receitas, mas quase estável com relação ao total. Aí o ISS que tivemos um decréscimo real de 2,19%, uma variação nominal de 0,15% quase estável, mas a inflação um decréscimo real de 2,9%. E aqui eu queria trazer um pouco o histórico do ISS e perceberam o quanto foi grave a crise de 2017, quando tivemos aquela queda de quase 20% na arrecadação do primeiro quadrimestre de 2017, ou seja, justamente naquele período mais crítico que o Município vinha enfrentando, estávamos recuperando nosso patamar de ISS e agora sofremos uma queda expressiva em 2020. Vou trazer depois todos os tributos, vou deixar isso muito claro. E aí do ponto de vista de meta de arrecadação, estamos arrecadando um pouco menos da meta que arrecadávamos em 2019, em torno de 31,74%, ainda faltam 68% da nossa meta de arrecadação, não vamos completar a meta em 2020 em razão daqueles dados anteriores que mostrei da pandemia. Os cinco maiores segmentos de arrecadação de ISS: apoio técnico, jurídico e contábil, arrecadamos até agora setenta milhões de reais, decréscimo na variação real em relação a 2019; saúde e assistência médica, cinquenta e sete milhões de reais um decréscimo também com relação a 2019; construção civil e engenharia, quarenta e um milhões de reais também caiu em relação a 2019; informática e tecnologia, um setor que vem crescendo em Curitiba, a arrecadação tem se tornado fundamental na Cidade, se manteve crescendo 0,68% com relação a 2019; setor de bancos e instituições financeiras, teve um acréscimo significativo, quase 3%, em torno de trinta e sete milhões de reais; o nosso IPTU, tivemos um acréscimo no IPTU, que volto a dizer, tem compensado esse decréscimo, em especial no ICMS. O IPTU, que é um imposto fundamental para a Cidade de Curitiba, desde a revisão da planta genérica em 2014 e naquela oportunidade das alíquotas e das travas de crescimento, que foram mantidas em 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, representou um acréscimo real de 4,71% para o Município de Curitiba, comparado ao quadrimestre de 2019. Então, percebam que o IPTU teve o maior crescimento ali em 2016 e desde então vem crescendo também numa média em torno de 4% a 5% ao ano. Desde 2015, desde a revisão da planta genérica e essa revisão da planta genérica, volto a dizer, é algo que precisa ter uma certa permanência no Município de Curitiba, para que a desatualização não importe depois numa correção abrupta dos valores. Temos corrigido gradualmente os valores da base de cálculo do IPTU, mantendo as alíquotas que sempre foram praticadas, mas o IPTU é uma receita muito importante para o Município de Curitiba. Mesmo assim arrecadamos um pouco menos do IPTU, em relação a 2019. Quero dizer que o IPTU, mesmo com todo esse reflexo da pandemia, é o tributo que se mantém mais regular, seja porque boa parte dos pagamentos foram realizados à vista, no início do ano, seja porque o contribuinte procura manter o IPTU em dia, contribuindo com a Cidade de Curitiba. O ITBI, que tem como reflexo diretamente a atividade imobiliária, caiu em termos reais mais de 9% no período. Esse é o primeiro quadrimestre comparado a 2019. Percebam que o ITBI caiu muito ali em 2016, teve uma reação em 2017 e depois caiu um pouco em 2019, já em 7% e agora em 2020 estamos em torno de 9%, sempre comparado com os quadrimestres dos exercícios anteriores. Aí o nosso ITBI arrecadado. Arrecadamos em torno de 27% e V.Exas. podem perguntar: por que a arrecadação do ITBI não está tão abaixo assim do que foi em 2019? Porque diminuímos a meta para o ITBI de 2020, considerando que a nossa meta de 2019 caiu um pouco. Então, a nossa meta de 2020 é um pouco menor, mais conservadora, com relação ao ITBI do que foi em 2019. Até se V.Exas. voltarem a apresentação do resultado do último quadrimestre de 2019, perceberão que não arrecadamos tudo que imaginávamos com relação ao ITBI naquele ano. Essa receita foi compensada por outros tributos, pelo acréscimo que tivemos e por isso que baixamos um pouco a meta com relação ao ITBI. Aí a nossa evolução tributária no quadrimestre. Percebam que no quadrimestre o IPTU é mais importante, depois o ISS é claro vai ultrapassar o IPTU, mas com IPTU arrecadou-se quatrocentos e

sessenta e um milhões de reais. Com o ISS arrecadou-se quatrocentos e vinte e oito milhões de reais. O imposto de renda retido na fonte teve um acréscimo significativo de 14%, por quê? Em razão de parcelas que recolhemos no final do ano passado da FEAES, da Fundação de Saúde, que foram creditados ao Município, ainda no início do ano. Todo imposto de renda que o Município paga de prestadores de serviço, que o Município retém na fonte, volta aos cofres do Município. Isso inclusive é uma discussão judicial junto à União. A Receita Federal tem insistido que esses recursos não deveriam voltar, aliás a Receita Federal tem sido bastante agressiva em relação a taxação, inclusive do PASEP nos municípios do País. Aí vem as taxas. A taxa de lixo é a nossa principal taxa e teve um decréscimo em torno de 7% e o ITBI, como eu disse, lá em cima, oitenta e seis milhões, em torno de 9%. Esse gráfico aqui é muito importante, porque mostra a evolução dos principais tributos do Município, impostos e a taxa de lixo, desde 2011. Tenho frisado e volto a insistir, o problema antes de 2015, 2016, jamais foi a arrecadação, tivemos uma excelente arrecadação naquele período, seja do ICMS, seja do ISS, percebam que agora sim temos um cenário completamente diferente. Em 2020 a nossa previsão era arrecadar em torno de um bilhão e cinquenta, em valores reais, ou seja, um valor menor do que foi arrecadado em 2011 e com relação ao IPTU algum crescimento, mas nos outros um decréscimo bastante significativo. Em 2021 estamos projetando alguma recuperação, mas esse cenário é muito incipiente e vamos ter uma medida mais realista, quando a lei orçamentária anual for editada e encaminhada aqui à Câmara para avaliação. Com relação as receitas correntes do Município, tivemos um acréscimo no SUS, em razão de uma parcela de cinquenta e sete milhões de reais, que o governo federal liberou como auxílio no combate à pandemia. Em comparação ao último quadrimestre tivemos um acréscimo no SUS. Aí no IPVA um decréscimo, em torno de trezentos e nove milhões de reais. O Fundeb teve um decréscimo mais expressivo, arrecadamos duzentos e dez milhões de reais. No ICMS, cento e noventa e seis milhões de reais e também caímos aí 7,5%. Fundo de Participação dos Municípios, caímos, mas tem aquele asterisco, porque fomos compensados com auxílios financeiros de compensação do FPM. Aí com relação a FNDE, também caímos. A educação também caímos 2%. Convênios de capital também subimos. O que são esses convênios de capital? Temos aí recursos, seja da União ou algum recurso do Estado que acabou entrando nesse primeiro quadrimestre, por meio de convênio, dezoito milhões de reais. Outras transferências correntes, dezessete milhões de reais. Subimos aí 16%. Convênios correntes, com recursos, talvez 90% disso seja o FUC, uma última parcela daquele subsídio do governo do Estado de quarenta milhões de reais, que foi creditado no início do ano, então temos um acréscimo de dez milhões de reais. Outras transferências de capital, caímos um pouco, mas a base não é tão expressiva, caímos 13%, isso até o primeiro quadrimestre. Aqui com relação ao ICMS e ao Fundo de Participação dos Municípios. Como eu disse, o Fundo de Participação dos Municípios não é uma receita assim tão significativa, é claro que duzentos milhões de reais são importantes, mas não é a maior receita do Município. O ICMS que em 2013 era de oitocentos e sessenta milhões de reais, deve cair neste ano para algo em torno de quinhentos e sessenta milhões reais, ou seja, estamos falando em trezentos milhões de reais a menos, da cota-parte do ICMS de Curitiba, que não é só reflexo da pandemia, mas em especial também dos critérios que o Estado do Paraná partilha esse ICMS e isso reflete no nosso índice. Volto a apelar a V.Exas., dizendo que essa situação é insustentável, seja do ponto de vista de justiça fiscal, seja do ponto de vista financeiro. Então, não é possível que o índice de Curitiba caia mais de 30% e aí não tem nada a ver com a pandemia, é o índice entre 2013 e 2020. Enquanto as transferências, os critérios de transferência incentivam territórios rurais, cidades com população rural, áreas agrícolas, a capital, que presta os serviços inclusive para a Região Metropolitana, vem sofrendo sistematicamente um decréscimo muito significativo em razão da queda do índice do ICMS, que poderia ser corrigido pela alteração de uma lei do Estado, pela Assembleia Legislativa, que privilegiasse, ou melhor, que privilegiasse não, mas que fizesse justiça a quem

realmente tem prestado os mais significativos serviços públicos a maior parte da população do Estado, que é a capital. Aí entraremos nas despesas. Tivemos um acréscimo nas despesas, boa parte em razão da antecipação do décimo terceiro salário. Iríamos mostrar isso depois. As despesas correntes com um acréscimo de 9,6%. As despesas de capital que são investimentos, vínhamos investindo e investindo muito nesse primeiro quadrimestre na Cidade de Curitiba, crescemos 18,4%; nas despesas de capital e investimentos mais ainda. As reservas permanecem inalteradas e as nossas despesas intraorçamentárias caíram em torno de 2,95% no período. Percebam aí que já tivemos em torno de dois bilhões, setecentos e setenta e sete milhões de reais, um acréscimo de 10%, mas que se reflete em grande parte em razão da antecipação do décimo terceiro salário, que tradicionalmente nesta gestão era feito no mês de junho e fizemos em abril, até para além de proporcionar ao servidor uma tranquilidade, incentivar também a circulação de dinheiro na Cidade de Curitiba. Vamos a juros e encargos da dívida. Tivemos um decréscimo de 8,95%. Não realizamos nesse primeiro quadrimestre leilões da dívida, ainda temos um estoque da gestão passada, que está sendo pago de forma parcelada, mas nesse período ainda não realizamos leilões. Tivemos um acréscimo com despesa de pessoal de 8,42% e outras despesas correntes em torno de 11%. Em especial entram aí também despesas com relação a saúde, serviços de terceiros e a própria Fundação, que hoje se tornou o maior contrato do Município, a FEAES. A Fundação é hoje o maior contrato que o Município possui e isso impactou com relação as nossas outras despesas correntes. Aí tivemos "inversões financeiras", um acréscimo. Esse é um dinheiro que, geralmente, vai via aumento de capital para a nossa administração indireta, Urbs, Agência Curitiba e Cohab, em torno de três milhões e meio de reais. Amortização da dívida, tivemos um decréscimo. Amortizamos menos, porque o nosso estoque da dívida também caiu, em torno de sessenta milhões de reais; e em investimentos crescemos muito significativamente, 62%, oitenta e cinco milhões de reais, o que mostra que o planejamento da Cidade desde 2017, que era aumentar o ritmo de investimentos com recursos próprios. A Cidade precisa e merece isso e isso só se faz a partir de uma gestão fiscal equilibrada. Vínhamos colhendo os frutos e aumentando os investimentos na Cidade, mas 62% nós subimos. Com relação às dívidas que herdamos da gestão passada, seiscentos e quatorze milhões de reais. Está aí o demonstrativo do nosso saldo atual. Já pagamos e também alguma renúncia que houve de dívidas em torno de quatrocentos e oito milhões de reais. Temos esse saldo de duzentos e cinco milhões de reais, e a maior parte desse saldo é a dívida que foi contraída com o Instituto de Previdência, em razão dos aportes que não foram realizados e nem a contribuição patronal do mês de dezembro de 2016, não foi paga pela gestão anterior e que somam a maior parte desses duzentos e cinco milhões de reais, além dos parcelamentos que já haviam sido realizados em 2014 e 2015, com relação a inadimplência daquela gestão, que vai gerar juros para o cidadão, para o contribuinte curitibano, a serem pagos por mais de quinze anos. Hoje quero dizer que estamos 100% em dia não só com a previdência, não só como os servidores, mas também com todas as nossas obrigações. Mesmo nessa crise, mesmo na pandemia, não temos contas atrasadas no Município de Curitiba. Aí o resultado do leilão, que fizemos doze leilões, uma parcela em torno de dez milhões de reais, só a primeira que foi de oito milhões e oitocentos mil reais. Tivemos um desconto em torno de vinte milhões de reais e já quitamos cento e dezoito milhões de reais com os leilões. Também uma medida que foi aprovada nesta Câmara Municipal de Curitiba e considerada constitucional pelo Tribunal de Justiça do Paraná, de forma unânime pelo Órgão Especial, em que pese aí o candidato derrotado na eleição passada tenha entrado com uma ação direta de inconstitucionalidade. Aí com relação aos precatórios pagos. Já pagamos, entre 2017 e 2019, mais do que foi pago entre 2013 e 2016. Percebam que os números de 2013 e 2016 são muito módicos, quando comparados à quantidade de precatórios que foram pagos, em especial em 2018 e 2019. E temos uma previsão de pagamento de sessenta e dois milhões. Existe um pleito, por meio dos estados e das

capitais, de suspensão de pagamento de precatórios, e isso ainda deverá ser objeto de discussão no Congresso, inclusive por meio de emenda constitucional. É o que se pretende, mas isso ainda está sendo discutido de uma forma bastante incipiente no Congresso Nacional. Com relação aos aportes, essa é a nossa previsão orçamentária. Então, volto a frisar que esse é um gráfico extremamente importante nesta apresentação, talvez só perca em importância para um gráfico. Não tínhamos aportes previstos no orçamento em 2016, nem em 2017, no orçamento elaborado pela gestão anterior. E, a partir daí, incluímos no orçamento todos os nossos aportes ao Instituto de Previdência, que são cumpridos rigorosamente em dia. Temos, em 2021, a previsão de trezentos e oitenta e três milhões de reais para aportes ao Instituto de Previdência.- O SENHOR PRESIDENTE:- Sr. Secretário.- O SENHOR VITOR PUPPI:- Pois não.- O SR. PRESIDENTE:- Só, temos agora quarenta minutos da sua explanação, para fazermos a conclusão; acho que uns dez minutos, se o senhor precisa mais, ou cinco, só para que tenhamos tempo para as perguntas também.- O SENHOR VITOR PUPPI:- Dez minutos, Presidente. Em dez minutos eu concludo; talvez menos.- O SENHOR PRESIDENTE:- Só para que, dentro do possível, possamos abrir às perguntas dos Vereadores, que estão nos assistindo. Obrigado. Continua com a palavra. Desculpe-me por interromper.- O SENHOR VITOR PUPPI:- Muito obrigado. Então, aí são as metas e os limites. Tivemos um crescimento, na nossa receita corrente líquida, de 5,92%, no período. Temos um resultado primário, uma previsão de cento e quarenta e cinco milhões; conseguimos realizar trezentos e setenta e três milhões positivos. E o resultado nominal de trezentos e setenta e seis milhões significa que diminuimos a nossa dívida, em relação ao caixa, em trezentos e setenta e seis milhões de reais, em Curitiba. Com relação aos nossos limites, temos um limite de despesa de pessoal de 41,96%, abaixo do limite prudencial de 51,3%, e abaixo também do nosso "pré-limite", estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal, que também foi aprovado na Câmara, de 50%; uma despesa líquida com pessoal de dois bilhões, novecentos e setenta e dois milhões de reais. Então, percebam a trajetória de sustentabilidade, com relação às despesas de pessoal, a partir de 2017. Vinha numa crescente desenfreada, a partir de 2012, 2013, em especial 2016 e 2017, chegaria em 50,39%, já sem considerar o FUC, e corrigimos essa despesa, conseguimos controlar a despesa de pessoal em torno de 41,96%, mesmo pagando, nos últimos dois anos, reajustes, em que, no ano passado, conseguimos um pouquinho acima da inflação. Vale lembrar que os estados, inclusive o Estado do Paraná, do qual sou servidor público, não dá reajustes há algum tempo, e parcelou em vários anos 2%, nas últimas leis orçamentárias. Com relação aos limites com a dívida consolidada líquida, temos um limite negativo porque temos caixa hoje disponível e, realmente, o nosso estoque da dívida decresceu. Então, temos um espaço muito significativo para tomar crédito por meio de instituições financeiras, órgãos, organismos multilaterais, para investir na Cidade. Esses investimentos acontecem em médio e longo prazo, e trazem um resultado significativo para a Cidade, seja do ponto de vista econômico, seja também do ponto de vista financeiro, porque os juros, de certa forma, são mais baratos. Aliás, quanto maior é o equilíbrio fiscal da Cidade, quanto maior é a condição fiscal da Cidade, assim como em qualquer empresa, mais a taxa de juros diminui. Então, temos condições, em Curitiba, de negociar taxas bastante atrativas para investimentos. E é isso que temos feito. Esse gráfico mostra a nossa redistribuição da dívida, em especial a linha vermelha, e acho que, tenho insistido nisso, esse gráfico deveria ser permanente em toda e qualquer apresentação a ser trazida à Câmara; mostra aí que, entre 2014 e 2016, as despesas nos exercícios anteriores subiram muito. Isso significa que era utilizado o orçamento do ano corrente para pagar aquele esqueleto que ficava embaixo do tapete, do ano anterior. Nós corrigimos isso a partir de 2017, mesmo pagando tudo aquilo que havia sido deixado embaixo do tapete, e os números caíram drasticamente em 2018, 2019 e também em 2020, nesse período. A linha azul significa o estoque da dívida que nós recebemos da gestão anterior. Então, percebam que ele tem caído. Ele não caiu tanto entre 2019 e 2020 porque tivemos

que fazer a novação da dívida da gestão passada com a Fundação de Saúde; não foram pagas em torno de três ou quatro parcelas de dezessete milhões de reais. Nós conseguimos renegociar essa dívida para algo em torno de trinta e sete milhões de reais, salvo engano, uma dívida que era de setenta milhões de reais só com a Fundação de Saúde; e também com o ICI, em que havia um passivo que chegava a cinquenta, reduziu para em torno de doze milhões de reais, que também foi parcelado. Isso tudo com relação a dívidas da gestão anterior. Percebam que o número que aparece agora, aqueles quatrocentos e noventa e três milhões de reais, é o que chegaríamos se não fosse aprovado o Plano de Recuperação que esta Câmara bravamente aprovou. Com relação à nossa dívida bruta, a linha clara, amarela, significa a dívida consolidada em comparação ao caixa. Então, percebam que ser negativo significa que temos condições de pagar a dívida do Município. Ou seja, estamos bastante equilibrados do ponto de vista da dívida. E a nossa dívida teve um pulo, entre 2016 e 2017, de quase quinhentos milhões de reais justamente em razão do Instituto de Previdência e das outras dívidas que foram contraídas. Aí com relação às despesas de saúde, nos últimos anos, o valor inicial do orçamento, que era, da Cidade, aquela linha cinza, e o valor que foi empenhado, a linha azul. Percebam que, quanto maior a distância entre as linhas, menor significa o planejamento orçamentário do Município. E quando em 2016 se iniciava o orçamento com dezenove milhões e se gastava cento e sessenta e cinco milhões, ou se empenhava cento e sessenta e cinco milhões, é claro que não existia um controle orçamentário do ponto de vista da despesa de saúde. Estamos chegando perto. Este ano, certamente, vai existir um acréscimo muito significativo em razão da pandemia. Mas estamos, cada vez mais, chegando nas despesas de saúde. Aí o nosso perfil da dívida externa. São aquelas operações que o Município já tinha contraído anteriormente, não são essas operações novas, que ainda aguardam a conclusão, inclusive a aprovação do Senado. Aí do BID e da Agência Francesa: BID, 66%; e Agência Francesa, 34%. E embaixo, ali, tem o nosso estoque, de trezentos e vinte um milhões de reais do BID, e cento e sessenta e quatro milhões da Agência Francesa. A nossa dívida interna, aquele salto que eu mostrei de quase quinhentos milhões, está aí o IPMC, com trezentos e setenta e cinco milhões de reais; dívidas originárias de obrigações, entre 2014, 2015 e 2016; a novação de dívidas de 2016; aí, vêm os precatórios, que é um valor anual; o Pasep, que é um dinheiro que o Município paga para o Governo Federal, um imposto completamente injustificado, embora exista a previsão constitucional de 1% sobre as receitas do Município. Inclusive, a Receita Federal cobra o Pasep sobre as receitas do FUC, o que é um despautério do ponto de vista fiscal; existe uma ação judicial que questiona isso, a Procuradoria deve levar a frente essa ação. E, aí, as outras operações: a dívida interna com a Caixa; tem um número bastante expressivo da Cohab; são dívidas antigas. Esse é o perfil da nossa dívida interna hoje. Nossos limites com garantias, em torno de 3%, muito abaixo aí do alerta de 19,8%. Limites com operações de crédito internos e externos, 0,21%. Então, também estamos bastante abaixo da Resolução do Senado, que estabelece esses limites. Serviços de propaganda, a nossa Lei de Responsabilidade Fiscal anual, em 0,24%; máximo, 0,60%. Também estamos dentro desse limite. Com relação aos índices constitucionais, a exigência de 15% para a saúde, temos aí um índice, até o quadrimestre, sempre é importante frisar que esses números vão aumentar até o final do ano, em torno de 20,05%; e na educação estamos em 22,47%, um pouco acima inclusive do que estivemos no ano passado, e vamos fechar certamente acima do índice. Queria finalizar, Presidente, dizer que, embora a situação da pandemia seja um desastre, um meteoro, como diz o Ministro Paulo Guedes, que caiu sobre as finanças públicas, mesmo assim, Curitiba tem se mantido equilibrada do ponto de vista fiscal, em razão do esforço que fizemos nos últimos anos, em que antecipamos também os recursos que destinariamos ao Fundo de Estabilização Fiscal, que será votado ainda na Câmara. Mas, desde já, lançamos mão daqueles recursos para cobrir esse desastre. Era isso. Agradeço, Senhor Presidente. E fico à disposição de V.Exas., e também dos cidadãos, para quaisquer perguntas. Muito obrigado.- O

SENHOR PRESIDENTE:- Eu é que agradeço, Secretário, pela sua disponibilidade e pela sua explanação. O horário da audiência é até 11h20min, e, antes de iniciar as perguntas, para poder dar tempo aos Vereadores, pretendo já prorrogar por mais trinta minutos, para que tenhamos tranquilidade de fazer os questionamentos ao senhor e à Aline, que também continua nos acompanhando aqui. Já estou com as perguntas impressas da população, que a assessoria, a Dani acabou de me enviar aqui. Estou vendo a ordem dos inscritos, em que está primeiro o Vereador Tico Kuzma, depois os Vereadores Geovane Fernandes, Dalton Borba, Noemia Rocha, Professora Josete, Pier Petruzziello, Bruno Pessuti e Serginho do Posto. Lembrando que falei no início da audiência que vou dar preferência aos Vereadores da Comissão. Então, desses Vereadores que estão inscritos agora no sistema, e os outros Vereadores podem se inscrever pelo sistema, a população, já tenho as perguntas impressas aqui pela nossa assessoria, vou, de pronto, passar a palavra à Vereadora Professora Josete, que é a primeira Vereadora inscrita da Comissão. A Vereadora Professora Josete me pediu um pouco mais de tempo porque tem questionamentos para a Aline e para o Secretário. Depois, passarei a palavra ao Vereador Serginho, que é membro da Comissão também; e, na sequência, volto aos Vereadores que estão inscritos no sistema. Então, com a palavra a Vereadora Professora Josete.- A Sra. Professora Josete:- Bom dia a todos. Quero agradecer à Aline pela sua explanação, sempre muito técnica, muito assertiva; e agradecer a presença também do Secretário Vitor Puppi. Primeiramente, alguns questionamentos para a Aline. Chamou-me a atenção o valor destinado à locação de impressoras. Você podia só passar os dados gerais do contrato, o valor total e o desembolso? E, não sei se você tem agora, se não, pode ser na sequência, qual é o número de impressoras que hoje são utilizadas pela Câmara, a partir desse contrato de locação? Também, com relação ao concurso público que a Casa realizou, como é que está esse processo de chamamento? Quantas pessoas estão previstas para serem chamadas nesse primeiro momento? E se isso vai ser efetivado antes do período eleitoral. Sabemos que existem algumas regras nesse momento. Além disso, gostaria de saber qual o valor que está destinado para a construção do prédio da Câmara. Sei que nesse primeiro momento tem um projeto executivo, então, é necessária a realização desse projeto para, na sequência, realmente, falar da construção propriamente dita. Mas quanto está destinado? E, no meu entendimento, esse valor, o que temos no orçamento é uma previsão, e esse valor, na verdade, nesse momento de pandemia, a Câmara poderia abrir mão. Não há necessidade de a Câmara receber esse recurso, né? Qual seria, tecnicamente, o encaminhamento para que a Câmara abrisse mão, no momento, desse recurso, para que fosse destinado principalmente à questão das ações da pandemia. Claro que não podemos determinar onde o Executivo vai investir. Mas podemos abrir mão do recurso e sugerir isso ao Executivo. Bem, em relação à fala do Secretário, eu queria fazer algumas perguntas. Houve a aprovação da Lei 15.634 de 2020, que trata dos contratos dos terceirizados, então, queríamos saber: como está sendo realizado? Se há um decreto? Como fica a questão dos CEIs, principalmente, a questão da alimentação, limpeza e transporte escolar? Também em relação à Lei 15.621 de 2020, que diz respeito ao pagamento em pecúnia das licenças-prêmios não usufruídas, como será feito e qual o valor disponibilizado para esse ano? Em relação aos contratos dos RITs da educação que vencem em julho, se eles serão renovados automaticamente ou somente quando voltarem as aulas? Em relação à dívida da Prefeitura com o ICS, nós gostaríamos de saber se a doação dos terrenos, que foi aprovada aqui a venda, em um primeiro momento, do IPMC ao Município, se essa doação ao ICS será abatida dessa dívida. Em relação aos consignados, aos empréstimos, a Prefeitura tem intenção de mediar alguma negociação junto às instituições credoras? Lógico, para os servidores que assim desejarem. Através do Decreto 634, houve um remanejamento de quinze milhões da educação infantil que seria destinado aos pagamentos dos contratos temporários. Todos os PSS foram cancelados ou eles nem chegaram a ser contratados? Essa é uma informação que não temos aqui. Seria isso, obrigada.- O SENHOR PRESIDENTE:- Obrigado,

Vereadora. Eu vou conceder a palavra de pronto ao Vereador Serginho, que é o 1º Vice-Presidente da Comissão de Finanças.- O Sr. Sérgio R. B. Balaguer - Serginho do Posto:- Bom dia a todos, os cidadãos que acompanham essa Sessão, cumprimento os Vereadores, a nossa diretora de Finanças da Câmara Municipal, parabênzo pela explanação, não farei perguntas a ela, mas cumprimento o Secretário Vitor Puppi e toda sua equipe. Dirijo algumas perguntas para que o Secretário possa fazer o esclarecimento. Primeiramente, parabênzo a forma didática que o senhor nos traz em todas as audiências de prestação de contas dessa pasta, que eu acredito que é uma das pastas mais importantes do Município. Mas eu gostaria, de forma muito simples, que o senhor esclarecesse alguns pontos que geram, muitas vezes, interpretações equivocadas numa discussão de um projeto e até interpretação de como é feito o uso do recurso público. Então, nós temos, às vezes, a interpretação que é dada e depois ela noticiada, há essa interpretação de uma forma que ele entende que é, sendo que, às vezes, a aplicação desse recursos e do orçamento público tem as suas finalidades, diga-se de passagem, por lei, então, você não pode fazer essa realocação de dinheiro público com tanta facilidade ou a forma intraorçamentária tem até um limite, mas as transferências, muitas vezes, teriam que passar, principalmente transferências de fundos, pela Câmara Municipal para aprovação através de projeto de lei. Então, gostaria de fazer quatro perguntas ao Secretário, de forma didática, mas simplificada para a população entender. Nós votamos há três semanas a liberação de fundos que o Município tem para que esses valores sejam transferidos ao orçamento global do Município. Gostaria que o senhor fizesse uma explanação de que forma são utilizados esses valores nos fundos que foram transferidos. Gostaria também, eu fiz um ofício, aprovamos na semana passada, que a mudança na legislação que remunera as empresas do transporte coletivo, eu peço e já solicitei ao Presidente da Urbs, e peço agora ao senhor, que após e quando voltar a normalidade do orçamento, que são as remunerações para o transporte, vocês pudessem vir fazer uma Sessão explicando de que forma foram aplicados os recursos e qual o valor, porque noticiaram um montante, que nós entendemos que não será aquele valor que foi noticiado pela imprensa, que alguns blogs noticiam que o repasse às empresas seria de duzentos milhões, eu gostaria que o senhor também fizesse comentários a esse respeito. Também gostaria que o senhor nos informasse da lei que aprovamos na Câmara e está em vigência, em relação ao pagamento aos aposentados do Município de Curitiba que não fluíram a sua licença-prêmio enquanto estavam no processo laboral e, após a aposentadoria, eles requerem através de um protocolo e ficam dentro de uma fila para receber esse valor, que após sua aposentadoria eles teriam direito a receber através de pecúnia. Então, são essas três perguntas que eu gostaria que o senhor nos colocasse de forma bem simples, como é utilizado esse dinheiro dos fundos que essa câmara aprovou, e também gostaria que o senhor comentasse, de uma forma muito global, não é para mim essa resposta, mas acredito que para muitas pessoas, teria possibilidade de repassar recursos para fazer frente à essa crise financeira das pequenas empresas e instituições para que pudessem pagar suas folhas de pagamento. Então, são perguntas que eu faço ao Secretário para que tenhamos esclarecimentos e num debate de um projeto não sejam distorcidas as informações quanto ao uso do dinheiro público. Porque, muitas vezes, observamos que há uma forte tendência em distorcer as informações e distorcer o orçamento, da forma que ele é aplicado. Se o recurso tem sua finalidade, ele só pode para aquela finalidade. A exemplo do convênio que esta Casa renovou de 2017 no dia de ontem com a instituição bancária Banco do Brasil. Então, esses esclarecimentos, acredito que o senhor pode colocar de uma forma muito simplificada e esclarecedora dando lucidez para que as pessoas que nos assistem e para que o cidadão tenha essa informação detalhada. Nesse sentido, seria essa minha participação. Agradeço aos demais.- O SENHOR PRESIDENTE:- Quanto à pergunta do Vereador Ezequias, nós temos 11h e 12 min, a nossa audiência estava prevista para duas horas, então, primeiro eu coloco em votação aos colegas Vereadores a prorrogação por 30min. (Pausa). APROVADO. Concedemos a palavra ao Vereador Ezequias Barros.- O Sr. Ezequias Barros:-



Primeiro, quero parabenizar a Aline que sempre vem trazendo a situação da Câmara com muita tranquilidade e com muita perspicácia, nos ajuda muito aqui na Câmara e nos dá condição de saber como estamos andando. E nós vemos que, eu prestei atenção, uma coisa que os Vereadores têm feito pouco aqui em Curitiba, viajado a Brasília, outras cidades, pouca passagem. Uma coisa que gostaria de perguntar ao Secretário, já falei com ele sobre isso, ele falou a respeito dos valores do ICMS que vem cada vez mais diminuindo. Eu creio que há algo que nós, até vou sugerir ao Presidente da Comissão de Finanças, Vereador Paulo Rink, para que nós fizéssemos, pedíssemos uma audiência com o Governador, o Secretário de Finanças do Estado, para que fossem revistas essas condições. Nós que contribuimos muito com o Estado temos recebido poucos recursos. Não sei se o Secretário pode falar a respeito desse assunto. Até já expressei da última vez em que o Secretário veio aqui, falei a respeito disso, eu creio que esta talvez seja uma das dificuldades que temos, se estamos perdendo tantos recursos, que fôssemos ao Secretário e ao Governador pedir essa atenção. No mais, Secretário, parabeniza-lo pelo trabalho excelente que faz na nossa Cidade, o senhor sabe que eu tenho pedido sobre a questão das igrejas, mas estamos entendendo também esse momento, esperando para que encontremos o melhor momento para dar segmento ali. No mais, parabeniza-lo e dizer como é importante ter alguém como o senhor tomando conta das finanças da Cidade. Parabéns também ao entendimento da necessidade da saúde, o senhor tem também destinado os recursos necessários para que nós não tenhamos um problema ainda maior na pandemia. Obrigado.- O SENHOR PRESIDENTE:- Concedemos a palavra à Aline Bogo e, na sequência, ao Secretário. - A SENHORA ALINE BOGO:- Obrigada, Vereadora Professora Josete. Em relação às impressoras (falha na conexão). As impressoras de número maior, se não me engano, o valor individual do aluguel mensal é de setenta e oito reais para cada impressora. Nós pagamos, além do valor do aluguel, também por página impressa, então, a empresa que loca tem o custo do toner. O valor em torno de cinco mil reais mensal da locação, mais por página impressa, totalizou esse valor de trinta e quatro mil no quadrimestre. Em relação ao nosso concurso, que seria para trinta e sete cargos, está sendo já finalizado e está previsto para serem chamados agora no mês de junho, até o dia 08, vinte e oito pessoas para tomarem posse. Outra pergunta, em relação ao nosso prédio, não foi criado, novamente, um fundo para economia dos recursos, que estava prevista, foi decidido por não se criar esse fundo, apesar de termos uma ação no orçamento para início da construção, então, de início, essa ação não vai ser utilizada e prevista devolução integral desse valor ao Município de Curitiba. Era um valor para esse ano de um milhão que tinha no nosso orçamento. Em relação também aos recursos, estamos estudando o relatório que veio da Prefeitura para fazer uma limitação de empenhos no nosso orçamento prevendo já um valor a ser devolvido ao Município, um valor que está sendo estudado, que ficaria aí, a princípio, quinze, vinte milhões, não sei ainda, estamos estudando, porque nós temos algumas obras em andamento que até licitações já foram iniciadas. Mais alguma dúvida? O SENHOR PRESIDENTE:- Pode comentar, Vereadora Professora Josete.- A Sra. Professora Josete:- Aline, só aquela questão técnica. Qual a forma de devolução desse recurso? Por exemplo, a Câmara já pode fazer um documento dizendo: esse um milhão a Câmara não irá utilizar esse ano, a Prefeitura não precisa nem repassar para a Câmara para a Câmara devolver. É possível isso? Obrigada.- A SENHORA ALINE BOGO:- A princípio, foi feita uma resolução que saiu da Secretaria de Finanças pelo contingenciamento no orçamento, mas é necessário, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que seja feito um Ato na Câmara Municipal de Curitiba. Esse Ato seria para contingenciar o orçamento e limitar os empenhos. A partir desse Ato, os duodécimos que serão repassados à Prefeitura serão descontados esse valor. Até o final do ano seria repassado um valor menor. Esse recurso vai na fonte livre para a Prefeitura, a gente não pode direcionar esse valor, esse valor é usado pela Prefeitura de acordo com a necessidade do Município.- O SENHOR PRESIDENTE:- Com a palavra o Secretário Puppi agora para a resposta dos três questionamentos dos Vereadores

Professora Josete, Serginho e Ezequias Barros.- O SENHOR VITOR PUPPI:- Inicialmente, agradeço as perguntas. Agradeço a pergunta da Vereadora Professora Josete. Muito obrigado. Vou tentar responder todas, se algo faltar, por favor, nos encaminhem que passamos via assessoria. Com relação à Lei dos Contratos Terceirizados, são inúmeros contratos que a Prefeitura tem e está sendo gerenciado por cada Secretaria que tem a gestão desses contratos com fundamento nas diretrizes estabelecidas em lei. Então, pagaremos o pessoal, existem empresas que aderiram aquele programa do Governo Federal de auxílio. Essas empresas, automaticamente, já têm essa subvenção garantida pela Prefeitura, outras não aderiram. Então, parece-me que esse lapso para ingresso no programa do Governo Federal se encerrou. Diante disso vamos fazer a gestão contrato a contrato para assegurar os pagamentos, conforme a lei municipal determina, do pessoal. Deve entrar também os CEIs, que V.Exa. perguntou. A alimentação dos contratos de merenda ingressou nesse sistema do Governo Federal, ficará mais fácil. Vale ressaltar que na alimentação o Município tem estendido recurso para pagamento das cestas básicas para as famílias que têm alunos na rede municipal. Em torno de cento e quarenta mil que temos aí, as pessoas estão indo buscar nas escolas. Isso tem acontecido no âmbito do Município. Se ficar uma ou outra questão dos contratos terceirizados, eu passo. Parece-me que o melhor encaminhamento seria à Secretaria de Administração. As licenças-prêmio. Encaminhamos e a Câmara aprovou a Lei da Licença-prêmio. Tínhamos a previsão, antes da pandemia, de fazer o pagamento via parcelamento em torno de quarenta milhões de reais. Aí é uma grande e significativa diminuição na fila para a licença-prêmio, é claro que em razão da pandemia tivemos que reconsiderar esses valores. Então, hoje estamos trabalhando com uma previsão em torno de dez milhão de reais, mas vamos aguardar pelo menos nos próximos meses para sentir o reflexo na arrecadação, em especial maio e junho. A partir daí podemos ter alguma noção melhor e mais segura do cenário. Seria uma despesa que gostaríamos, já tínhamos um planejamento de fazer o pagamento, mas em razão das circunstâncias tivemos que esperar um pouco o pagamento. Com relação aos RITs. Temos efetuado o pagamento de mais de 80% dos RITs da rede de ensino, em que pese as aulas hoje serem on-line. Essa outra parte que não pagamos em razão dos serviços, - o RIT é a dobra, então é a dobra do horário, então se não há a dobra não pode haver também o pagamento. Com relação à renovação dos RITs, acho que temos que aguardar o cenário da volta às aulas, como isso vai ser dar com a Secretaria de Educação, mas, é claro que, voltando à normalidade, essa é uma despesa que o Município sempre tem efetuado o pagamento. E assim deve ser, conforme os trabalhos sejam realizados e a carga horária seja cumprida. Com relação ao ICS. Primeiro quero esclarecer que o Município não tem dívida com o ICS. O Município herdou uma dívida de cinquenta e oito milhões de reais entre 2015/2016 que não foi paga. E o Município efetuou o pagamento por meio de uma lei específica aprovada pela Câmara, antecipamos as parcelas com o ICS. Então, o Município não tem absolutamente nenhum valor a título de dívida com o ICS. O que existe, o que foi encaminhado para a Câmara, existe um desequilíbrio do ponto de vista atuarial no ICS, porque as despesas com o pagamento desses planos, desse serviço de saúde aos servidores subiram muito e hoje a receita do ICS é indexada, o percentual tanto que o Município paga quanto o que servidor tem descontado na sua folha. O que acontece? As despesas de saúde crescem mais. Por isso foi enviado aqui para a Câmara um projeto para pagamento daqueles quarenta e oito milhões de reais, até quarenta e oito milhões de reais, para manter o Instituto em equilíbrio. Então, temos isso assegurado, temos o recurso reservado com isso, mas quero dizer que não temos dívida com relação ao ICS. Os consignados, Vereadora, depende muito mais de uma questão dos bancos. A Prefeitura não tem participação na relação entre a negociação dos servidores e instituição financeira. Pode existir uma mediação? Pode. Eu inclusive liguei para alguns bancos, devemos em breve ou estamos estudando se faremos via ofício, via um decreto, mas vale dizer que isso é uma negociação que o servidor vai ter com a instituição bancária, e claro que não vai cobrar juros se for solicitada alguma

suspensão. Em razão ao funcionalismo, vale sempre lembrar que nós se não tivermos sido a única, pelo menos a única capital que antecipou o décimo terceiro em abril, estamos mantendo inclusive 80% dos RITs, como V.Exa. falou do assunto. Com relação ao PSS, as contratações vão seguir conforme for a necessidade. É claro que nesse período das aulas on-line toda a sistemática da educação mudou. Não faz sentido contratarmos já esses profissionais se não vão ter trabalho. É claro que quando as coisas voltarem à normalidade, vamos retomar o assunto. Por enquanto, pelo menos do ponto de vista orçamentário, estamos aguardando e contingenciando essa despesa. Quero esclarecer também que os contingenciamentos feitos no Município, em sua imensa maioria, dizem respeito a coisas que, realmente não funcionam durante a pandemia. Não faz sentido ter recurso para a manutenção do funcionamento das piscinas públicas, enquanto as piscinas não têm funcionamento. As atividades culturais que foram paralisadas, também não fazem sentido ter recurso reservado. Essa foi a lógica principal da sistemática do contingenciamento, mantendo os investimentos com recursos que seriam destinados ao fundo. Se ficou alguma outra pergunta, depois faço questão de encaminhar via assessoria. Mas já entrando nas perguntas do Vereador Serginho do Posto, quero agradecê-lo pelas palavras e também cumprimentá-lo, acho que fica registrado na história pela condução dos trabalhos na presidência da Câmara. Com relação aos fundos, a lei que foi aprovada aqui na Câmara, qual a intenção? Se o Município precisar chegar ao ponto de esgotar recursos das suas fontes livres, que esses recursos dos fundos, vale dizer o potencial construtivo, as medidas compensatórias, o Cepac que acabou ficando de fora, mas que esses recursos que giram em torno de sessenta, oitenta milhões, possam ser redistribuídos para o Tesouro Municipal fazer frente às suas despesas principais, vamos dizer. Esses fundos, geralmente, destinam-se a investimentos, obras e nada mais justo que, se existir recurso, seja destinado, se for necessário, acreditamos que não vamos chegar a esse ponto, mas se for necessário, se a crise se agravar, a utilização desses recursos. Aliás, quero dizer que o Projeto de Lei Complementar n.º 39, aprovado no Congresso Nacional, aqueles dos auxílios aos Estados e Municípios, já prevê também uma excepcionalização a essa vinculação dos fundos, inclusive na Lei de Responsabilidade Fiscal Nacional. Então, parece-me que a própria lei nacional vai autorizar já a entrada, não só de Curitiba, obviamente, mas de qualquer subnacional na gestão desses recursos. Digamos assim, é um exército não tão grande, mas um exército de reserva que o Município vai utilizar somente se for necessário. Por enquanto os recursos permanecem no fundo, inclusive permanecem sendo investidos na Cidade. Com relação ao transporte coletivo, com relação primeiro aos valores. Então, o Município (falha na conexão). Na previsão até o momento para que esse período seja estendido. O Tesouro Municipal, por ter condições, fez esse esforço para garantir a operação do transporte público com esses espaçamentos determinados pela Vigilância Sanitária e também para manter o serviço funcionando. E diria também para economizar o que seria depois a tarifa técnica do próximo ano. O que na prática, se o Município não tivesse instituído esse regime emergencial, o que aconteceria é que a tarifa técnica, na próxima revisão tarifária, iria considerar essa situação que está acontecendo agora. Poderíamos ter uma tarifa técnica às alturas. Então, o regime emergencial, também do ponto de vista dos próximos períodos de revisão tarifária, justifica-se. É uma situação completamente excepcional que foi aprovada aqui na Câmara. Com relação a licença-prêmio me parece que já respondi. Tínhamos a previsão anterior, íamos fazer um movimento bastante significativo com relação a essa despesa, mas, infelizmente, temos que aguardar um pouco a situação se clarificar. Com relação a última pergunta das subvenções, o que o Tesouro pode fazer, transferência de dinheiro às pequenas empresas. Quem tem a política fiscal e monetária, quem imprime dinheiro é o Governo Federal. O Município não tem condições de transferir recursos diretamente a pequenos empresários, por mais sensível que sejamos a essa situação, todos temos familiares, colegas, enfim, que vivem essa dura realidade. Mas o Município não tem também condições de manter os serviços públicos, na verdade

ampliar os serviços públicos, como temos feito agora com a Saúde, e aí aumentar uma despesa sendo que não temos mais nem a receita, muito menos a receita que tínhamos antes. Então, para os municípios, não só Curitiba, é muito difícil. Essa missão, do ponto de vista monetário, econômico, é do Governo Federal. As agências de fomento podem fazer a intermediação desses recursos por meio de juros bancários também, a Fomento Paraná também tem feito um movimento no Estado do Paraná para ajudar, mas também tem juros. Agora a subvenção direta, esse é um papel que cabe ao Governo Federal, a Cidade não pode, infelizmente, lançar mão dessa política. Com relação à pergunta do Vereador Ezequias Barros, só para finalizar, Presidente. Primeiro o ICMS. Eu acho e até digo que, do ponto de vista do cidadão, de quem mora aqui na Cidade de Curitiba, é fundamental essa iniciativa, deve existir um esforço político para que essa situação seja modificada, e vou trazer mais um dado, Vereador Ezequias. Curitiba, por exemplo, ICMS per capita, recebido por duas cidades do Paraná, Saudade do Iguazu e Alto Paraíso. Então, o Estado do Paraná distribui, per capita, sete mil, duzentos e um reais e vinte centavos, isso em 2018, para Saudade do Iguazu. Alto Paraíso: três mil, novecentos e sete reais e quatro centavos. Araucária: três mil, seiscentos e noventa e quatro reais. Se formos olhar Curitiba e Araucária, por exemplo. Saudade do Iguazu tem uma população de cinco mil, quatrocentos e cinquenta e nove pessoas; Alto Paraíso, mil setecentos e noventa e nove; Araucária, cinquenta e uma mil; Curitiba: um milhão, novecentos e dezessete. ICMS per capita, quatrocentos e treze reais. Então, é claro que existe uma distorção significativa nesses números, e que a receita vem caindo. É só a gestão política. Nós temos já uma proposta de modificação da lei estadual e posso, se V.Exas entenderem necessário, encaminhar à Câmara Municipal, que nós pensamos para que o Estado e Assembleia Legislativa possam melhorar a situação da Cidade, quer dizer, mais justiça fiscal. Mas aí, realmente, depende de um esforço político da Assembleia Legislativa. Só para finalizar, Presidente, com relação ao projeto que V.Exa. mencionou das igrejas, temos sim isso no nosso radar, está sobre a nossa mesa, mas estamos aguardando um pouco em razão desse momento inusitado que vivemos.- O SENHOR PRESIDENTE:- Obrigado, Secretário. Vamos para o próximo bloco de perguntas. Antes, lembrando que agora o sistema está fechado para as inscrições, para que a gente mantenha o horário da Audiência Pública, e para termos a oportunidade de responder alguns questionamentos da população, que muitos vieram sem identificação e estamos tentando fazer um resumo para que possamos passar para os senhores. Vamos para o próximo bloco de perguntas, com o Vereador Tico Kuzma, Vereador Geovane Fernandes, agradeço ao Vereador Dalton Borba que abre mão das perguntas, e acrescento nesse bloco a Vereadora Noemia Rocha. Na sequência, com a palavra o Vereador Tico Kuzma, Vereador Geovane Fernandes e Vereadora Noemia Rocha. Peço que se atenham, por favor, ao tempo de três minutos, e digam para quem serão destinadas as perguntas, se para a Sra. Aline Bogo, ou para o Sr. Secretário Vitor Puppi. Com a palavra o Vereador Tico Kuzma.- O Sr. Tico Kuzma:- Obrigado, Vereador Paulo Rink. Eu gostaria de cumprimentar a Aline, cumprimentar o Secretário, pela explanação e explicação. Também agradecer ao Secretário pela presteza do Sedinir, da Secretaria de Finanças, que tem nos dado uma resposta rápida nessa questão da pandemia. Então, só os meus cumprimentos. Presidente, eu abro mão da palavra.- O SENHOR PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador, pela compreensão. Com a palavra o Vereador Geovane Fernandes.- O Sr. Geovane Fernandes:- Obrigado. Quero saudar o Presidente da Comissão, Vereador Paulo Rink, a Aline, o Secretário Vitor Puppi. As minhas três perguntas, pela Comissão de Educação, já foram feitas pela Vereadora Professora Josete, que seria sobre o RIT, os seis, e para os aposentados, como seria pago. Eu vou mudar o foco, já que a Vereadora Professora Josete já fez os três questionamentos. Vou perguntar para o Secretário, se podemos dizer que a queda da receita de Curitiba se deve à migração das empresas para outros municípios da Região Metropolitana, devido ao bloqueio de liberação de alvarás, principalmente na Linha Verde, que hoje é muito difícil liberar, já que passou a ser área habitacional. E também a região do Boqueirão,

devido aos barracões. Então, essas pessoas estão migrando, principalmente para São José dos Pinhais, Quatro Barras, Araucária, devido até pelo Contorno. Essa seria a pergunta. E no terceiro item, que eu não terminei, seria a licença-prêmio dos professores aposentados. Mas, essas três perguntas, a Vereadora Professora Josete, também deve ter recebido e o senhor já respondeu. Então, vamos mudar para essa outra pergunta, se na avaliação do senhor poderia ser isso que está fazendo na queda de receita, aumenta em uma e cai em outra. Seria isso, Sr. Presidente.- O SENHOR PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador, pela sua participação. Concedo a palavra à Vereadora Noemia Rocha, para finalizar esse bloco.- A Sra. Noemia Rocha:- Muito obrigada, Vereador Paulo Rink. Parabéns pela condução da Comissão. Quero cumprimentar a Aline, que fez uma explanação importante. Cumprimentar o Secretário Vitor Puppi pelo trabalho que tem desenvolvido, e toda sua equipe. Secretário, eu tenho alguns questionamentos. Tenho observado que a sua queixa em relação ao Fundo Partidário do Município é meio antiga. Talvez, no meu entendimento, está havendo uma falta de boa vontade do governo estadual para fazer essa análise criteriosa em relação a Capital, Curitiba. Você já disse que Araucária tem uma arrecadação maior, enfim, e aquela questão da Grande Curitiba. Temos assumido, e quando digo nós, é com relação ao município, principalmente na questão da saúde da Região Metropolitana. Então, só esse esclarecimento. E eu lamento esse impasse com o Governo de Estado, que já poderia ter resolvido essa questão. O Governo Federal tem ajudado, o que tem um equilíbrio nesse período de pandemia. Existe uma possibilidade de ele continuar ajudando? Qual a previsão do Governo Federal nessa questão? Segundo o que o senhor disse, Curitiba está aguentando bem os efeitos da pandemia. A LDO e a LOA são anteriores a essa pandemia, então, como o Secretário está promovendo essa readequação, quais as áreas que vão sofrer a redução de investimentos, e quais delas terão um aporte maior. A gente imagina que seria a saúde e ação social. Já houve uma solicitação de adequação por parte da Secretaria, em relação a esse efeito da pandemia? Como está sendo essa questão de investimento para a saúde, que a gente tem a informação de que está sendo bem cuidado. A pergunta: após essa pandemia, considerando a queda de arrecadação de impostos, há uma intenção da Secretaria de suspender gastos com serviços não essenciais? Existe essa probabilidade? Considerando, por exemplo, que a licença-prêmio, que a gente entende que é um direito do servidor, vai ser colocada para o futuro, não vai ser nem mais quarenta milhões, vai ser agora dez milhões. Então, a nossa preocupação é essa. Nós aprovamos aqui, recentemente, um crédito adicional para o Instituto de Saúde. Por outro lado, os Vereadores desta Casa dizem sempre que o pacote resolveu todos os problemas da saúde financeira. Então, por que houve a necessidade desse aporte, considerando que em 2017 o município retirou recurso do IPMC. Nessa queda que estamos vivenciando, e isso é muito preocupante, em relação as emendas parlamentares, Secretário, elas vão ser cumpridas? Por exemplo, o senhor entende que há um óbice legal para um remanejamento? Porque fizemos uma sugestão ao município para que os eventos públicos que foram cancelados, e têm recurso dos parlamentares, recursos de emendas parlamentares, fossem direcionados para a saúde, para ação social. Existe essa possibilidade, há essa intenção? Seria uma resposta ao nosso pedido, enquanto parlamentares, que essa Casa procura. Muito obrigado, Paulo, por essa oportunidade.- O SENHOR PRESIDENTE:- Obrigado, Vereadora. Eu agradeço a sua participação e também de todos os colegas Vereadores. Aline, eu vi que só foram elogios à sua apresentação, não houve nenhum questionamento, e aqui a parabenizo novamente pela apresentação. Secretário Puppi, o senhor tem os questionamentos desse bloco, do Vereador Tico Kuzma, do Vereador Geovane Fernandes e da Vereadora Noemia Rocha. Com a palavra o Secretário Puppi.- O SENHOR VITOR PUPPI:- Agradeço as palavras do Vereador Tico Kuzma, e passo para a pergunta do Vereador Geovane Fernandes. Qual o problema do ICMS, se seriam bloqueios de alvarás, qual a razão da queda. Então, a queda do ICMS em Curitiba se deve dois fatores essenciais. O primeiro é a mudança de grandes empresas, e aí estamos conversando sobre a Ambev, que sempre dou como

exemplo, que tem um valor adicionado muito alto, ou seja, elas recebem, se creditam, compram, mas vem muito mais, um valor adicionado muito alto, que tem um impacto do ponto de vista de um fator do ICMS, que é o valor adicionado. Essa regra é constitucional. Não podemos agora mexer, que equivale a 75% do ICMS arrecadado. Isso tem algum impacto sim na Cidade de Curitiba, essa mudança de grandes empresas. Mas o outro fator, que são os 25%, dependem de lei estadual. Por exemplo, o Estado do Ceará tem uma política que destina uma fatia maior do ICMS àqueles municípios que tenham um resultado educacional melhor, que é questionado, alguns elogiam, alguns não, mas é um ato sistemático. Aqui no Paraná, qual foi o critério preponderante? A atividade rural. Então, Vereador, a queda se deve muito mais a esse critério, ou seja, existe uma parcela desses recursos migrando para essas atividades rurais, que são desenvolvidas em outros municípios, em detrimento de Curitiba. Não me parece que, embora exista algum problema com relação ao bloqueio de alvarás na Linha Verde ou alguma coisa assim, isso precisa ser resolvido, mas eu não diria que isso é o fator preponderante do ICMS. O ICMS realmente decorre, tanto da política constitucional e da estadual, que pode sim ser alterada. Eu estou à disposição para enviar mais dados. Nós temos uma coleção de dados que mostram como Curitiba é prejudicada nessa distribuição. E agora já entrando nas perguntas da Vereadora Noemia Rocha, a quem agradeço mais uma vez. São várias perguntas, Vereadora, e vou tentar responder de uma forma mais rápida. O ICMS, acredito que já resolvi, não diria que há um impasse com o Governo Estadual, isso depende do Legislativo do Estado, da Assembleia Legislativa. Então, precisaríamos que deputados realmente encabeçassem essa questão em favor da Cidade de Curitiba. E quando digo em favor de Curitiba, não seria só Curitiba que ganharia, outros municípios com uma população maior, por que não modificar o critério, ao invés da área rural, pela população? Me parece mais justo. Onde existe mais gente, maior população, onde o imposto é maior, receba essa fatia de recursos. Então, outros municípios também ganhariam, não é só Curitiba. Agora, não me parece que uma cidade com cinco mil habitantes, dois mil habitantes, tenha um per capita tão alto. Isso não me parece justiça na distribuição de recursos. Com relação ao Governo Federal, é uma excelente pergunta, Vereadora, e eu gostaria de falar um pouco sobre isso. O Governo Federal, na verdade, até o momento, nós recebemos uma parcela para o SUS de cinquenta e sete milhões de reais. Isso nós recebemos. Além disso não recebemos nada ainda. Existe aquele projeto que foi, primeiro, aprovado pelo Presidente Rodrigo Maia, na Câmara, que compreendia a recomposição das receitas. Foi modificado no Senado, pelo Presidente Alcolumbre, num acordo com o Ministério da Economia, em que se fixou um valor único de cinquenta milhões de reais. Já coloquei isso na apresentação. Isso ainda chegou aos municípios e nem aos estados. Existe aí uma discussão sobre vetos do Presidente, como isso vai acontecer, mas ainda não chegou. E a pergunta de V.Exa., se isso vai ser ampliado, se vai continuar, não sabemos. É claro que a situação de outros municípios, de outros estados, é tão grave que a pressão vai ser muito grande, porque salários não vão ser pagos. Tenho certeza que outros municípios, outros estados, não vão ter condições de honrar com suas obrigações mais básicas. Então, acredito que o Governo Federal vai ter que tomar alguma atitude com relação a essa queda de arrecadação. Com relação à situação fiscal e o que é previsto na LDO e LOA, como é que fizemos o remanejamento? Como disse, nós contingenciamos. Temos obrigação por lei de contingenciar a queda na receita. Então contingenciamos recursos, em especial ações que não iriam ocorrer, por exemplo, serviços não essenciais ou que não ocorreriam. Dois exemplos aqui: atividades de esporte e de cultura. Agora, mantivemos aí, por exemplo, a manutenção da Cidade. Está mantida, mesmo com a queda de arrecadação, toda a manutenção da Cidade. Estamos mantendo com recursos que tínhamos do Tesouro Municipal. A educação, em que pese o Fundeb tenha caído, mas temos mantido. Agora, é claro que não vamos desperdiçar dinheiro público com atividades que não sejam essenciais. Precisamos fazer um esforço fiscal e claro que já estamos fazendo. É último ano de mandato, é um ano

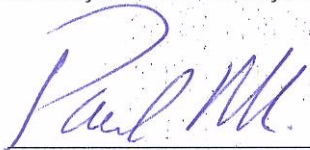
realmente sensível, mas estamos fazendo um esforço fiscal sim. Não é só porque Curitiba está numa situação administrável, privilegiada, vamos dizer assim, não digo privilegiada porque parece sorte, sorte é quem tem royalty, que tem petróleo, quem recebe dinheiro dessas atividades, esses tiveram sorte de nascer nas cidades construídas num ambiente geograficamente diferente. Nós não temos sorte, trabalhamos com o auxílio da Câmara, com a liderança da Câmara, para aprovarmos as medidas que achamos necessárias na Cidade. Essa situação nos dá condições de mantermos a Cidade funcionando sem atrasos, de uma forma equilibrada e responsável. Mas mesmo assim, temos feito e insistido com as secretarias em fazermos alguma contenção também nas despesas. Acho inclusive que 2021 será um ano muito difícil para todos, não só para Curitiba, mas para Curitiba também, porque essa queda de arrecadação pode possivelmente melhorar um pouco, mas não teremos mais aquela projeção de ganho que tínhamos. A demanda pelos serviços públicos deve aumentar. Em razão da crise muitas pessoas sairão das escolas particulares, por exemplo, para as escolas públicas. Serviços de saúde públicos serão muito mais requisitados do que já são hoje. Deve haver um acréscimo na prestação dos serviços públicos em contrapartida com o não acompanhamento da receita. Essa situação tem que ser pensada a partir de 2021, para manter o equilíbrio da Cidade. Com relação ao ICS, quero voltar a esclarecer essa necessidade de um aporte extraordinário, vamos chamar assim, do Município ao ICS, que se deve a duas coisas. Primeiramente, é porque o Município tem capacidade. O Município antes não conseguia nem pagar a sua corrente com o ICS. Então, por isso acumulou uma dívida de cinquenta milhões. Todas as obrigações correntes do Município estão em dia. Esse aporte extra é feito porque as receitas do ICS - daí tem que se conversar também com a presidente do Instituto - as receitas do ICS não foram compatíveis com as despesas do Instituto. Se tivessem sido equilibradas as receitas e as despesas, aí haveria certamente um equilíbrio atuarial. Mas como a despesa cresce mais em razão da classe médica - realmente temos que ver os esclarecimentos que a Presidente Dora pode prestar - surgiu essa necessidade de o Município aportar mais recursos no ICS. Por isso foi a questão da lei. A última pergunta foi em relação às emendas parlamentares. Temos a programação das emendas. Como algumas emendas, como V.Exa mencionou, diziam respeito a eventos, a situações ou que não aconteceram ou que a previsão foi modificada, estamos conversando com a Secretaria de Governo para fazer um realinhamento dessas emendas. Se for entendido que parte desses recursos possa ir para a Saúde, do ponto de vista financeiro, ótimo! São recursos que realmente vamos gastar, com relação à saúde. Mas tudo isso está sendo objeto de um redesenho, vamos dizer assim, com a Secretaria de Governo, que está conduzindo essa questão. Acredito que era isso, Sr. Presidente.- O SENHOR PRESIDENTE:- Perfeito, Sr. Secretário. Vamos de pronto, porque temos que manter o horário da Sessão vigente. Temos agora, no próximo bloco, os Vereadores Pier Petruzzello, Mauro Bobato e Bruno Pessuti. Lembrando que temos mais quinze minutos de audiência e não podemos fazer a prorrogação, porque temos que retornar para a Sessão normal. Peço aos convidados que façam as suas perguntas no tempo, por favor e, se possível, o mais sucintamente. Também a resposta do Secretário. Obrigado. Com a palavra Vereador Pier Petruzzello.- O Sr. Pier Petruzzello:- Sendo bastante breve, cumprimentar o Vitor, toda a equipe da Finanças, o Breno, a Dani, o Francisco. O pessoal tem dado um atendimento muito bom aos Vereadores e à Cidade. A pergunta é bastante simples: como lidar, Vitor, com este momento onde existe uma queda absurda de receita e a Cidade não para? Como que você e sua equipe têm feito essa logística, onde muitos buscam isenções? As pessoas estão com poucas condições e a Cidade não pode parar os serviços. Aproveito para parabenizá-lo, mais uma vez, pelo plano de recuperação, pela elaboração total do plano, e dizer que Curitiba, hoje, se está em mares mais calmos, mas não tão calmos, é devido a essa preocupação, é devido também à Secretaria de Governo e à Secretaria de Finanças que trabalham juntas, ao governo do Prefeito Rafael Greca, que trabalha em sintonia com a Câmara Municipal, o que para a Cidade é muito importante.

Obrigado.- O SENHOR PRESIDENTE:- Concedemos a palavra ao Vereador Bruno Pessuti.- O Sr. Bruno Pessuti:- Bom dia. Agradeço a oportunidade, Presidente, e dizer de alguns fatores importantes para a economia e que, muitas vezes, não são valorizados pela administração, como os motoristas de aplicativos e o impacto que causam no município, a partir do momento onde vemos a redução da atividade deles, o impacto que representa a atividade dos motoristas de aplicativos na Cidade de Curitiba. Dizer também da importância de algumas ideias que estamos lançando para a Cidade, e peço que o Vitor faça uma análise sobre isso, que é o Fundo de Aval, para que o município possa ser um garantidor de tomada de empréstimos dos pequenos e microempresários perante as instituições financeiras. Isso pode permitir que uma grande quantidade de créditos, hoje, seja injetada no mercado para que essas empresas possam garantir as suas responsabilidades. Também, de maneira bastante breve, falar sobre ontem, de uma lei que foi aprovada na Câmara Federal, que é a Lei de Emergência Cultural. Perguntar a ele se há uma possibilidade de algo semelhante aqui na Cidade de Curitiba, porque há uma demanda muito grande por arte, do setor cultural, para que algumas atividades possam ser mantidas, claro que com os devidos cuidados por parte de saúde e ações sanitárias, mas, principalmente, para que eles possam ter uma renda para quando tudo isso acabar, e possam voltar a trabalhar na cultura, que é um setor importantíssimo na Cidade de Curitiba também, afinal 5% da atividade econômica do Brasil deriva da ação cultural. Era isso.- O SENHOR PRESIDENTE:- Obrigado pela brevidade dos Vereadores. Espero o mesmo do nosso Vereador Mauro Bobato, a quem concedemos a palavra.- O Sr. Mauro Bobato:- Obrigado, Senhor Presidente Paulo Rink. Quero agradecer a apresentação da Aline, saudar a apresentação do nosso Secretário Vitor Puppi. Vitor, do alto dos meus quarenta e nove anos, gostaria de sugerir alguma coisa para vocês, e eu não consigo ver essa sugestão. Parabenizar pelo trabalho que foi feito na gestão de Curitiba. Ver com bons olhos que Curitiba consegue inovar através do Prefeito Rafael Greca, da expertise do Jamur e da equipe de governo, que hoje estão à frente da Prefeitura. Inclusive do seu trabalho, sei que você relata a dificuldade, "menos Brasília e mais as cidades", mas que possamos inovar de alguma forma. Talvez essa sugestão do Bruno, que Curitiba seja solidária aos empréstimos, esta é uma das grandes dificuldades dos pequenos e microempresários: a de conseguir o seu aval para conseguir o empréstimo. Mas que Curitiba consiga inovar neste momento. Acho que é a Cidade que mais faz o seu dever de casa, que mais estabilizada está do ponto de vista fiscal. As escolas particulares de pequeno porte estão tendo dificuldades enormes. Os centros esportivos estão se sentindo abandonados. Entendo que não é nossa função, não é a Cidade de Curitiba que terá que dar esse respaldo, mas que possamos buscar. Estamos à deriva! Não sabemos como vai seguir a pandemia do ponto de vista sanitário, mas do ponto de vista fiscal que possamos ser solidários, ser participantes. Estamos todos juntos nesta barca e só desejo sucesso e que possa sair alguma solução mágica. Eu queria dar essa sugestão. Mas que consigamos buscar o caminho para inovarmos e sermos solidários. Talvez a sugestão do Vereador Bruno Pessuti de que a Cidade de Curitiba seja fiadora desses empréstimos. Somos todos cidadãos daqui. Quem está na administração e quem está na iniciativa privada, está solidário para que possamos buscar esse caminho. No mais, parabéns pelo seu trabalho, que nos possibilita, hoje, continuarmos nesse furacão, um pouco mais tranquilos. Obrigado Presidente Paulo Rink. Vitor, sucesso na caminhada. Seguimos. Obrigado.- O SENHOR PRESIDENTE:- Concedo a palavra à Aline Bogo, só para finalizar e fazer o agradecimento. Eu vou ler algumas das perguntas da população, passar para vocês rapidinho. Algumas pessoas perguntaram no sistema e não se identificaram, e isso é a parte ruim, sobre as viagens no mês. Essa eu vou deixar para você fazer um comentário rápido. E sobre o transporte de Uber. Por que não usamos Uber? Então, vou já responder essa pergunta para não ficar para depois. O contrato de locação da Câmara Municipal é de quarenta e quatro reais por carro. Se ficarmos pegando Uber para lá e para cá com certeza dará esse mesmo valor. Então, assim, quanto a questão da licitação, foi transparente, empresas do Brasil inteiro participaram. Não

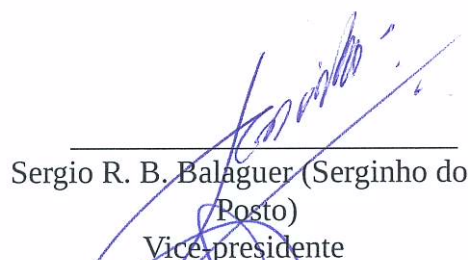


tenho e não vejo problema. Não temos que nos esconder. A prestação de contas está na transparência da página. E quarenta e quatro reais por carro, com seguro, com manutenção, não é um valor absurdo, e podemos defender isso com a maior tranquilidade e transparência possível. Vou passar para a Aline para que faça só esse comentário sobre viagem, e já finalizamos esta audiência pública.- A SENHORA ALINE BOGO:- Obrigada, Vereador Paulo Rink. O valor que foi finalizado no primeiro quadrimestre com viagens, esclarecer que foram nos meses de janeiro e fevereiro. Depois que começaram os isolamentos e os distanciamentos não foi feita mais nenhuma viagem. Foram viagens de Vereador e assessor para Brasília no mês de fevereiro e foi um valor bastante baixo, e baixamos em relação aos exercícios anteriores também. Não sei se existe mais algum questionamento.- O SENHOR PRESIDENTE:- Não. Agradecemos a sua participação. Os Vereadores agradecem seus esclarecimentos. Vou finalizar agora com o Secretário Vitor Puppi, para os últimos três questionamentos dos Vereadores, para que o senhor já faça as suas considerações, para que possamos encerrar a audiência.- O SENHOR VITOR PUPPI:- Perfeito, Senhor Presidente. Então, com relação às perguntas do Vereador Pier. Agradeço ao aniversariante do dia. A Cidade realmente não para. E como temos trabalhado com cenários, Vereador Pier? Fizemos alguns cenários do ponto de vista até militar, uma estrutura militar de cenários de um a cinco, sendo que um, chama-se DEFCON, um é "guerra nuclear" e cinco é "normalidade". Acreditamos que estamos em um cenário três. Então, cada cenário desencadeia uma série de medidas. Pode melhorar, podemos ir para quatro, pode piorar, podemos ir para dois. Mas temos trabalhado dessa forma, com cenários, devido a essa queda absurda na receita. Aliás, fico imaginando se essa queda tivesse ocorrido, por exemplo, ao final de 2016 ou no início de 2017, o que estaríamos vivenciando nesse momento. Porque a normalidade, às vezes, nos dá a sensação de que as coisas continuam. Mas só estamos aqui de alguma forma conversando, sem uma situação mais grave, em razão da condição da Cidade, de suportar esse período. E deve ser assim em outras situações, porque essas crises se repetem. Por isso que é importante a Cidade ter uma reserva, e uma reserva substancial. Percebam V.Exas. que, quando eu disse do Fundo de Estabilização, que o teto é 8%, em torno de oitocentos a seiscentos milhões, e ao longo de muitos anos começa a acumular, isso não é um recurso alto, considerando as crises que podem recair sobre a Cidade. E, aí, quero inverter um pouquinho e começar com as perguntas do Vereador Mauro Bobato, quando fala em inovação, quando fala de Fundo de Aval, que ele mencionou, e o Vereador Bruno Pessuti também. Veja, inovar, parece-me justamente, se nós, em Curitiba, aprovarmos esse fundo, e no futuro tivermos condições de sermos a primeira Cidade a lançar títulos no mercado, inclusive para gerar empregos, que acho que é importante nesse período pós-pandemia. Então, penso que isso pode ser a curto prazo, porque é só uma resolução, não existe lei federal que impede o lançamento de títulos, a movimentação desse mercado. Veja, Vereador, quando falamos nisso, estamos falando de um mercado de três trilhões e sete bilhões de dólares nos Estados Unidos, títulos municipais. É algo que precisa acontecer e acho que Curitiba pode inovar, pode ser o exemplo, como sempre foi em outros setores, nesse sentido para o País. Acho que isso, realmente, e o Vereador Bruno Pessuti já havia, lá no começo, conversado um pouco sobre isso, é fundamental, e Curitiba tem condições de fazer, Curitiba é Capag A na Secretaria do Tesouro Nacional, e isso precisa valer para alguma coisa; e não só o Tesouro Nacional socorrer os estados falidos, as cidades quebradas. Acho que, às vezes, quem entra no Tesouro Nacional, com todo respeito, sofre de uma síndrome de Estocolmo. Porque a pessoa senta na cadeira e já quer socorrer o Rio Grande do Sul, como é que vai arrumar o Rio de Janeiro, enquanto que outras cidades, como o senhor falou, fazem o dever de casa, embora sempre exista uma condição favorável e uma recompensa. Estamos vivendo agora essa situação em relação ao dever de casa, mas precisamos mudar um pouco isso no País, e por que não inovar, como V.Exa. falou, em Curitiba. Com relação à questão do Fundo de Aval, que o Vereador Bruno Pessuti e o Vereador Mauro Bobato mencionaram, nós chegamos até a pensar em algo nesse sentido,

mas existem duas limitações, a primeira é a questão dos cenários. Curitiba tem uma despesa corrente alta, temos uma folha com ativos e inativos de quatro bilhões, estamos falando de uma queda de arrecadação em torno de seiscentos e setenta milhões de reais. Esse cenário pode piorar. Então, no último ano fiscal, temos sido conservadores nesse sentido, em que pese não descarte essa ideia, uma ideia que realmente é interessante, mas nós precisaríamos daí quantificar a necessidade desses recursos. Não adianta colocar um recurso ínfimo para avaliar operações de crédito. Parece-me que quem tem a expertise, por exemplo, para fazer isso é a Agência de Fomento. Quem sabe Curitiba poderia participar de algo nesse sentido, mas nós dependeríamos de uma quantificação. E confesso que, nesse período de pandemia, ficamos assoberbados com outras questões e não foi tão avançado. Mas não impede que possamos, até porque isso não é agora, será necessário nos próximos meses, talvez anos, que isso possa ir para frente. Precisamos fazer um estudo um pouco mais detalhado com relação a isso. E, finalmente, a última pergunta, com relação à parte cultural, vale lembrar que Curitiba lançou um edital para auxiliar os artistas com recursos em torno de quinhentos, seiscentos mil reais, algo nesse sentido, para fomentar, mesmo no período de pandemia, atividades on-line, culturais, enfim, lançamos editais por meio da Fundação Cultural e isso tem acontecido. Parece-me que o Governo Federal deve aprovar algum recurso também emergencial para a cultura, e aí vamos verificar como é que vai ser a destinação desses recursos. E, partindo para as considerações finais, gostaria de agradecer, mais uma vez, a participação aqui na Câmara. Dizer, sinceramente, e digo isso com toda a transparência, o trabalho que a Câmara tem feito é fundamental para a Cidade, a Cidade precisa da Câmara, precisa da liderança dos Vereadores e acho que isso tem acontecido. Por isso, que a Cidade hoje tem condições de enfrentar a pandemia. Muito obrigado a todos.- O SENHOR PRESIDENTE:- Obrigado Secretário pela sua gentileza conosco e com os colegas Vereadores. Eu tenho mais uma pergunta da população: Como a população pode reclamar de maneira oficial sobre os gastos, informações para os Vereadores, reclamação oficial protocolada, a quem enviar essas reclamações? Nós temos a Ouvidoria na Câmara Municipal, um ouvidor eleito pelos Vereadores, é um funcionário de carreira, o Élcio, que já foi Vereador, pessoa idônea, eleito por unanimidade pelos colegas Vereadores. A Ouvidoria da Câmara Municipal está à disposição para qualquer questionamento da população. Dizendo isso, agradeço aos colegas Vereadores, aos nossos convidados que fizeram os seus esclarecimentos na manhã de hoje para toda a população de Curitiba. A toda técnica da Câmara, que fez essa audiência de maneira on-line e dando a transparência necessária para as informações à população. Damos por encerrada a presente Audiência Pública, às 12h09min Audiência de Economia e Finanças.- Do que para constar eu, Edson Rebello, Redator, lavrei a presente Ata confeccionada em conformidade com as Notas Taquigráficas, a qual será lida e assinada pelos Vereadores que compõem a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização.-



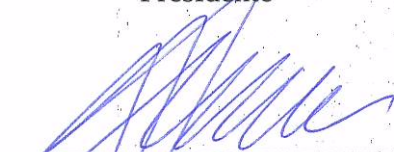
Paulo Rink  
Presidente



Sergio R. B. Balaguer (Serginho do  
(Posto)  
Vice-presidente



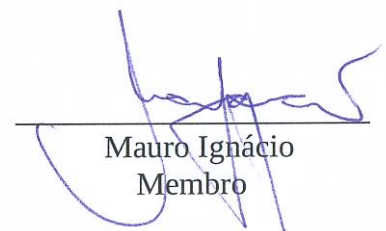
Alex Rato  
Membro



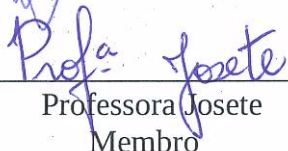
Dr. Wolmir  
Membro



Ezequias Barros  
Membro



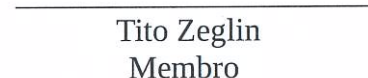
Mauro Ignácio  
Membro



Professora Josete  
Membro



Thiago Ferro  
Membro



Tito Zeglin  
Membro